UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO
E SAÚDE PGDPS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB

A INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS-GO

Soniara Marques Fraga Lucas

Orientador: Patrícia Cristina Campos Ramos

ANÁPOLIS-GO
2011

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E SAÚDE PGDPS

SONIARA MARQUES FRAGA LUCAS

A INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS-GO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UnB – Pólo de Anápolis. Orientadora Professora Patrícia Cristina Campos Ramos

ANÁPOLIS-GO
2011

DEDICATÓRIA

Dedico em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta Jornada de estudo.

Dedico também ao meu filho que, de maneira especial e carinhosa, meu levou a buscar novos conhecimentos, dando-me força para continuar e sendo compreensivo em vários momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora e Mestra, Patrícia Cristina Campos Ramos, orientadora dessa monografia, por ter assumido comigo tantos desafios e responsabilidades.

TERMO DE APROVAÇÃO

SONIARA MARQUES FRAGA LUCAS

A INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS-GO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

APROVADA PELA BANCA FORMADA PELOS PROFESSORES

_____

ORIENTADORA: Ms. Patrícia Cristina Campos Ramos

_____

EXAMINADOR: Dra. Fátima Lucilia Vidal Rodrigues

_____

CURSISTA: Soniara Marques Fraga Lucas

ANÁPOLIS/2011

RESUMO

A pessoa com deficiência visual, como todas as outras que possuem necessidades especiais, está, a cada dia, conquistando espaços que, em outros momentos, parecia algo impossível. A pesquisa segue: (a) linha bibliográfica, com base em estudos de autores como Raposo e Carvalho (2005), Bruno (2006) e Winckler (2004) e (b) trabalho de campo, em que foi utilizado como instrumento o questionário, que foi respondido pelos participantes: professora de Educação Física, mãe da aluna com deficiência visual e aluna. Posteriormente, os resultados foram analisados qualitativamente, fazendo-se um levantamento das principais questões. O objetivo do presente estudo é apresentar esclarecimentos quanto à inserção de alunos com necessidades educacionais especiais, que apresentam deficiências visuais, nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Anápolis, GO.. O assunto tratado ao longo deste é justificável, pois, a questão da inclusão é preponderante e muito discutida em diversas camadas sociais. A atividade física, por sua vez, pode ser considerada um elemento relevante na questão do deficiente visual que, por sua deficiência, se priva de alguns estímulos. A partir da consecução do presente estudo, observou-se que dificuldades existem, principalmente, em termos de adequação de material, mas, com paciência e perseverança, tanto do profissional envolvido – no caso, o professor de Educação Física - como do aluno incluso e de sua família, entre outras pessoas e profissionais, muito pode ser feito e conquistado. Em se tratando da inclusão escolar de alunos com deficiências visuais, observa-se a necessidade de mais estudos, que demonstrem que não há limites que não possam ser superados bastando, para tanto, que se tenham recursos e desejo de mudanças, e permitindo, assim, a superação de qualquer obstáculo quanto à inclusão no meio educacional. Espera-se, com a conclusão deste, que o mesmo sirva como mais uma fonte de pesquisa para outros estudos sobre o tema.

Palavras-Chave: Inclusão, Deficientes Visuais, Educação Física

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8

I – REFERENCIAL TEÓRICO 11

1.INCLUSÃO ESCOLAR: HISTÓRIA E CONCEITOS..... 12
1.1 Aprendizagem e inclusão em Vigotsky 15
1.2 Legislações importantes que regem a educação inclusiva 17
1.3 Processo de Inclusão no Estado de Goiás..... 19
1.4 Processo de Inclusão em Anápolis-GO..... 20

2. DEFICIÊNCIA VISUAL..... 21
2.1 A realidade atual da pessoa com deficiência visual..... 23
2.2 O deficiente visual, a aprendizagem escolar e as atividades físicas 24
2.3 A importância do conhecimento para o profissional da Educação Física. 26
2.4 Como preparar uma aula para o deficiente visual 28

II – OBJETIVOS 30
2.1 Geral 30
2.2 Específicos 30

III – METODOLOGIA 31
3.1 Fundamentação Teórico da Metodologia..... 31
3.2 Contexto da Pesquisa..... 31
3.3 Participantes 33
3.4 Materiais 33
3.5 Instrumentos de Construção de Dados 33
3.6 Procedimentos de Construção de Dados 34
3.7 Procedimentos de Análise de Dados 34

IV – RESULTADOS 35
4.1 Informações obtidas com a professora de Educação Física 35
4.2 Informações obtidas com a mãe da aluna com deficiência visual 36
4.3 Informações obtidas com a aluna com deficiência visual 37

V – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 39

CONSIDERAÇOES FINAIS 46

REFERÊNCIAS 49

APÊNDICES 54

ANEXOS 64

APRESENTAÇÃO

O tema inclusão escolar, ainda que discutido e debatido em outros momentos, faz parte, atualmente, de grandes discussões em relação à sua efetivação como uma realidade latente.

A fantasia antes existente deu lugar a uma incessante busca por quebra de obstáculos. Não se pode mais falar de inclusão escolar sem que se busque a verdadeira conceituação e afirmação desta palavra.

Assim, segundo Oesterreich (2007):

> A inclusão é um conceito que emerge da complexidade, dado que a interação entre as diferenças humanas, o contato e o compartilhamento dessas singularidades compõem a sua idéia matriz. A complexidade refere-se não apenas à reforma do pensamento e da escola, mas à formação dos professores, de modo que possam ser abertos e capazes de conceber e de ministrar uma educação plural, democrática e transgressora (p. 3).

O objetivo de uma escola inclusiva é atuar de forma que possibilite a integração entre todos que dela fazem parte. A expectativa em relação ao desempenho deste tipo de escola é grande possibilitando, assim, o alcance máximo das crianças em termos de potencial, onde o processo deve ser todo direcionado às necessidades de cada criança (SCHOENBERGER, 2009).

A escola tem, hoje, mais uma difícil tarefa: a de educar a todos, sem exclusão. Frente a esse contexto educacional diversificado, onde as diferenças raciais, culturais e de aprendizagem estão presentes, exige-se cada vez mais do educador.

Embora a inclusão pareça algo óbvio, necessário e humanitário, não se trata de um procedimento tão simples, em decorrência de ser um trabalho de integração multidisciplinar interligando, inclusive, a família.

Assim sendo, a inclusão deve ser tratada por profissionais especializados e preparados para tal função. Isto demanda tempo e alta sensibilidade para a percepção das necessidades primordiais das pessoas com necessidades especiais.

A urgência, no sentido de ganhar tempo em relação a esta questão, é essencial, pois, os alunos com necessidades educacionais especiais não podem mais estar segregados e excluídos do processo de integração social, no qual se promove o aprendizado e se impulsiona o desenvolvimento humano.

O contato das crianças consideradas ‘deficientes’ com as crianças ditas ‘normais’, assim como sua inclusão no ensino regular, é de fundamental importância, pois, estimula e acelera o processo de aprendizagem, quando da criação de situações que promovam novas formas de pensamento (ANDRADE; SCHÜTS, 2006).

Em relação às nomenclaturas ‘deficientes’ e ‘normais’, Bruno (2006) menciona que:

> Os conceitos sobre a deficiência que ainda povoam o imaginário de muitas pessoas e professores revelam a dicotomia presente em nossa cultura entre: perfeição / imperfeição, deficiência / eficiência, normalidade / anormalidade. Esses conceitos influenciam e geram sentimentos como: medo, tensão, ansiedade, insegurança, dó ou piedade quando a escola recebe, pela primeira vez, uma criança cega. Esses sentimentos revelam atitudes negativas conscientes ou inconscientes, de rejeição, negação, fuga ou superproteção (p. 11).

Assim sendo, é de suma importância a observação quanto à utilização de determinados conceitos evitando-se, com isso, dificuldades futuras relativas à inserção de alunos com necessidades educacionais especiais.

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino insere-se no contexto das discussões, cada vez mais em evidência, pois se relaciona a cidadãos, que como outro qualquer, tem seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social.

Assim, a grande problemática que envolve o tema em questão é: os obstáculos à inclusão estão na criança, na sua família ou na escola?

A problemática a ser trabalhada na realização do presente estudo vem se constituindo em motivo de grandes preocupações. Diversos têm sido os fatores que dificultam esse processo, no interior das escolas que se propõem a enfrentar mais este desafio em educação, abrindo espaço para a diferença e fazendo dela um aprendizado de respeito à cidadania.

A necessidade de se tomar conhecimento de um assunto tão atual e relevante é a justificativa para a realização da presente pesquisa, visto que um grande desafio das sociedades atuais e futuras é o de estender a inclusão a um número maior de escolas e comunidades e, ao mesmo tempo, ter em mente que o principal propósito é facilitar a aprendizagem de todos os alunos, que são os cidadãos do futuro.

A presente pesquisa tem como objetivo geral apresentar esclarecimentos quanto à inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais, mais

especificamente, os que apresentam deficiências visuais, nas aulas de Educação Física, do Ensino Fundamental em uma escola municipal da cidade de Anápolis.

Quanto a este tipo de necessidade especial, o medo e a dependência são características comuns e isso independe da perca da visão ter sido congênita ou adquirida.

Segundo Silva (2004):

> A deficiência visual interfere em habilidades e capacidades, afeta não somente a vida da pessoa que perdeu a visão, mas, também, dos membros da família, amigos, colegas, professores, empregadores e outros. Entretanto, com tratamento precoce, atendimento educacional adequado, programas e serviços especializados, a perda da visão não significa o fim da vida independente e não ameaçará a vida plena e produtiva (p. 1).

A atividade física pode ser considerada um elemento relevante na questão do deficiente visual que, por sua deficiência, se priva de alguns estímulos. Ela é considerada, hoje, como um dos mais importantes fatores no proporcionamento da qualidade de vida, tanto para as pessoas dita normovisuais quanto para os deficientes visuais. Quem a pratica tende a melhorar suas capacidades físicas e sociais.

Metodologicamente, este estudo é composto por pesquisa bibliográfica, tendo como base trabalhos de autores como Patricia Neves Raposo e Erenice Natalia S. de Carvalho (2005), Marilda Moraes Garcia Bruno (2006) e Ciro de Oliveira Filho Winckler (2004) e, de campo, através de entrevistas realizadas com uma aluna, sua mãe e a professora de educação física, pertencentes a uma escola municipal da cidade de Anápolis-GO.

Visando uma melhor compreensão dos assuntos tratados, a pesquisa foi dividida em capítulos. No primeiro capítulo, Revisão de Literatura, abordamos os temas: (a) Inclusão Escolar e Educação Inclusiva em todos os níveis possíveis; (b) o deficiente visual; e (c) a importância da educação física para o mesmo. No capítulo seguinte – Metodologia -, são apresentados esclarecimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa. Depois, nos Resultados, serão apresentadas as informações construídas. Por último, serão feitas Discussões Teóricas sobre os resultados obtidos e da metodologia empregada. O trabalho culmina nas Considerações Finais, onde são elaboradas possíveis sugestões em relação à participação do deficiente visual na Educação Física.

I – REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão é um recente fenômeno sociocultural que, entre outras características, se configura complexo por evidenciar a separação conflituosa que é habitualmente feita entre o individual e o social. Na escola, isto não se dá de maneira muito diferente, como pode-se constatar na seção a seguir.

1. INCLUSÃO ESCOLAR: HISTÓRIA E CONCEITOS

A inclusão, segundo Coelho (2010):

> É um termo no mínimo interessante [...]. Inclusão supõe exclusão, já que só pode ser incluído quem é ou está apartado. O termo serve de bandeira globalizada para grupos ditos minoritários [...]. A inclusão deve ser compreendida como um complexo e continuado processo em que novas necessidades e mudanças são exigidas. Porém, se a dEficiência é percebida como a falta ou desordem de algo inerente ao indivíduo, envolvendo características biológicas, enquanto que a inclusão tem, já, o sentido de um fato social, faz-se necessário um ajuste entre estas duas concepções (p. 57).

A inclusão educacional, por sua vez, já ocorre há alguns anos em nosso país. A inclusão educacional de crianças e jovens com desenvolvimento atípico, por exemplo, vêm mobilizando afetos, intelectos, sentimentos, dúvidas e certezas, impasses e discussões. Em outra instância, geram leis, portarias e sentenças, desvelando preconceitos, rótulos e relações de poder (COELHO, 2010)

Em relação aos aspectos históricos das concepções sobre a deficiência, estas são vistas de formas bem diferenciadas. A esse respeito, os estudiosos concluem que a sobrevivência de uma pessoa com deficiência, nos grupos primitivos de humanos, era impossível porque o ambiente era muito desfavorável e essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era, inclusive, muito comum que certas tribos se desfizessem de suas crianças com deficiência (GUGEL, 2007).

Já no mundo antigo, o deficiente, segundo Silva (1986 apud REIS E RAMOS, 2007):

> Foi completamente segregado do convívio social, até mesmo porque a humanidade, sendo nômade, e tendo uma grande necessidade de se estabelecer no mundo, considerava o deficiente como um peso. Em contrapartida, eram preservados em algumas culturas e eliminados em outras, que tinham medo de que fossem detentores de maus espíritos (p. 7).

Nos livros: *A República*, de Platão e *A Política*, de Aristóteles, encontram-se indicações de que as pessoas nascidas disformes eram enviadas para a eliminação, que ocorria por exposição, abandono ou sendo atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia (GUGEL, 2007).

O referido autor afirma, ainda, que:

> Em Esparta os gregos se dedicavam à arte da guerra, preocupavam-se com as fronteiras de seus territórios, expostas às invasões bárbaras, principalmente do Império Persa. Pelos costumes espartanos, os nascidos com deficiência eram eliminados, só os fortes sobreviviam para servir ao exército de Leônidas (GUGEL, 2007, p. 1).

Só a partir do Cristianismo iniciou-se uma mudança no imaginário social; o ser deficiente foi deixando de ser amaldiçoado pelos "deuses", passando, aos poucos, a ser resgatado pela sociedade. Com isto, foram surgindo as primeiras instituições e ordens monásticas para atender aos deficientes numa postura filantrópica e assistencialista (SILVA, 1986, apud REIS E RAMOS, 2007).

Em relação à história do deficiente no Brasil, Silva *et al* (2008, apud MELO; FREITAS, 2009), afirmam que:

> No início da colonização no Brasil, entre os indígenas eram raríssimos casos de pessoas com deficiências. As doenças congênitas, não existiam, pois as crianças ao nascerem com doenças incapacitantes eram sacrificadas pelos pais após o nascimento. Já a população branca, doenças "incapacitantes" era resultados de carência alimentar. E os escravos mutilados e inválidos existiam em decorrência dos maus tratos, castigos ou até mesmo acidentes de trabalho (p. 1)

Segundo Carmo (1994, p. 27), "somente em 1854 foi que D. Pedro II ordenou a construção de três organizações destinadas ao amparo desses indivíduos: Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Instituto dos Surdos Mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria".

Pouco ou nada foi feito daí até os anos de 1970. Qualquer tipo de ajuda era vista apenas como filantropia, ou seja, dependia da boa vontade das instituições.

> Os alunos cegos e surdos estudavam em escolas especializadas como o Instituto Benjamim Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, ambos situados na cidade do Rio de Janeiro. Isto favorecia o recebimento de alunos oriundos de vários Estados brasileiros, na modalidade de ensino residencial. Os deficientes mentais ficavam em instituições como as APAEs (Associação de Pais e Amigos do Excepcional) e as Pestallozzis. Os deficientes físicos também estavam em instituições especializadas, mas, aos poucos, foram sendo recebidos nas escolas por não apresentarem déficits cognitivos. Os alunos com graves problemas emocionais dificilmente chegavam às escolas e os alunos com problemas menos graves poderiam, até, ser considerados como portadores de problemas de conduta. Os superdotados, na maioria dos casos, eram matriculados nas escolas regulares (REIS E RAMOS, 2007, p. 8).

Em meados da década de 70, mais propriamente em 1975, foi aprovada a "Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes", pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Nesta declaração encontra-se, novamente, a "afirmação do princípio de dar à pessoa com deficiência, meios de se auto representar com confiança, bem como a afirmação do princípio de consulta às organizações de pessoas deficientes quando da discussão de assuntos a elas referentes" (NEVES, 2000, p. 28).

Os anos de 1980 encontram, dessa forma, um campo fértil para a consolidação da imagem da pessoa com deficiência como alguém que, cidadão, é possuidor de direitos e deveres que devem ser garantidos por lei e respeitados pelas autoridades, técnicos e familiares.

Segundo Neves (2000):

> Toda essa ampliação tem o seu ápice com a instalação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes -1981, cujo documento principal foi o "Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência". A Organização das Nações Unidas declara, então, a Década das Pessoas Portadoras de Deficiência de 1983 a 1992, durante a qual deveriam ser consolidadas inúmeras ações que visavam uma reorganização das idéias em relação às pessoas com deficiência, seus deveres e direitos (p. 29).

"O deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, sente, pensa e cria. Tem uma limitação corporal ou mental que pode afetar aspectos de comportamento, aspectos estes muitas vezes atípicos, uns fortes e adaptativos, outros fracos e pouco funcionais..." (FONSECA, 1987, p. 11 apud NEVES, 2000, p. 30).

No inicio da década de 1990, começam, no Brasil, os debates em torno de uma nova forma de atendimento escolar, conhecida hoje, como inclusão escolar. Com a ativação desse novo paradigma, muitas controvérsias e discussões foram e continuam sendo geradas.

Esta idéia de inclusão social iniciou e proliferou-se, de forma efetiva, a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, em 1990.

> Neste encontro conferencial, o governo brasileiro assumiu o compromisso de construir um sistema educacional inclusivo. A partir da Declaração de Salamanca (1994), intensificaram-se as discussões em torno do tema. Acredita-se que o processo inclusivo deva estar ligado a todos os segmentos da sociedade, porém, na área educacional este processo aconteceu de forma mais efetiva, por meio de leis, decretos e diretrizes nacionais[1]. O que não poderia deixar de ser, pois a Educação é a área que mais possibilidades tem de provocar mudanças no comportamento da sociedade, devido a sua função formadora e socializadora do conhecimento (ANDRADE; SCHÜTS, 2006, p. 3).

[1] Lei N.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A partir deste movimento, a escola passou a ter o dever de se adequar ao aluno, ou seja, o que antes era uma obrigação do aluno passou a ser dever da escola. Em relação a esta afirmação, a Declaração de Salamanca (1994) define, bem claramente, esta inversão de obrigações.

> As necessidades educativas especiais incorporam os princípios já provados de uma pedagogia equilibrada que beneficie todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo (p.19).

A partir da Declaração de Salamanca, as discussões e ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência passam a se organizar como políticas públicas de atendimento, inclusive, no Brasil.

> Desde então, nos mais diferentes grupos e de forma cada vez mais abrangente, o princípio da inclusão tem sido a tendência nos diversos contextos da organização social, na proposição de políticas públicas, nos documentos legislativos e jurídicos, na mídia em geral e em especial na mídia televisa, nos esportes, nas definições de âmbito do atendimento à saúde e à educação (COELHO, s/d apud MACIEL; BARBATO, 2010, p. 59).

Mais do que a sua simples adaptação, o processo de inclusão é caracterizado "pelo valor formativo, educacional, pela garantia de acesso e permanência de todas as crianças na escola do ensino regular, notadamente, de todos os alunos que apresentam deficiências físicas, sensoriais ou mentais" (SCHÜTZ, 2006, p. 12)

> A escola inclusiva é um projeto coletivo, que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde espaço físico, dinâmica de sala de aula, passando por currículo, formas e critérios de avaliação. É o que chamamos de Inclusão com Responsabilidade, que implica compromisso com o processo educacional por parte de todos que nele estão envolvidos: professores, pais, diretores, dirigentes, secretários de educação, comunidade etc. É preciso que se pense a formação dos educadores, que não é uma formação para a inclusão, pois não há como preparar alguém para a diversidade, mas de formação na inclusão (BARTALOTTI, 2001).

Uma escola inclusiva pode contribuir para a qualidade de vida da sua comunidade, fornecendo-lhes o acesso ao conhecimento útil, aplicável ao seu cotidiano e promotor de variadas formas de produção. Se não for assim, a inclusão é um mero faz de conta social e a própria existência da escola terá que ser repensada.

> Num país onde existem profundas desigualdades regionais, onde há, aproximadamente, 12 milhões de desempregados e o crescimento da miserabilidade é uma realidade, onde pobres, negros e deficientes são marginalizados, historicamente, tem-se que assumir de fato o compromisso com o processo de educação inclusiva, garantindo a possibilidade de o povo brasileiro ter participação em uma renda de cidadania e em uma vida mais digna e mais justa (ANDRADE E SCHÜTZ, 2006, p. 5).

A educação é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988, que diz assim:

> Artigo 205 – "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Todavia, pode-se perceber que existe uma grande quantidade de pessoas impedidas de exercer este direito, seja pela condição social, pela etnia, ou por necessidades educativas especiais.

Ao falar em educação inclusiva, remete-se o pensamento às pessoas com necessidades educativas especiais. Quanto a estes, Omote (1999) afirma que:

> A Declaração de Salamanca recomenda que seja adotado o princípio de educação inclusiva, em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. Esta demanda taxativa é abrandada, em vários itens, observando as situações que constituem exceções em vista das particularidades impostas pela natureza, e/ou grau de comprometimento de determinados deficientes. (p. 9)

Evidencia-se, então, que as pessoas com necessidades especiais, que são incluídas no processo de escolarização no ensino regular, têm maiores oportunidades de desenvolvimento, em decorrência da interação e socialização com os outros alunos.

Em relação à aprendizagem, a questão das diferenças quanto ao desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais e dos que não possuem necessidades especiais, é melhor compreendida a partir da análise de Vigotsky.

1.1 Aprendizagem e inclusão em Vigotsky

O relacionamento que se estabelece entre as pessoas e o ambiente que as rodeia é fundamental para a aprendizagem e desenvolvimento humano. A formação da identidade humana é construída nessas relações. Este fato, segundo Vigotsky, serve para justificar a inclusão educacional (SCHÜTZ, 2006).

Na visão vygotskyana de aprendizagem, não há diferenças quanto aos princípios de desenvolvimento para os não deficientes e deficientes, porém, Vigotsky reconhece que existem peculiaridades na forma de aprender e de se desenvolver, prevendo a utilização de recursos necessários a cada peculiaridade (REIS E RAMOS, 2007).

> Uma pessoa com algum tipo de deficiência pode encontrar novas rotas de desenvolvimento psíquico, dependendo do apoio que recebe do meio social em que se insere e da gravidade de seu déficit. Quer dizer, a criança que apresenta alguma limitação em seu desenvolvimento compensa o defeito, buscando novas alternativas por meio de uma reorganização das estruturas psíquicas que resulta, de modo geral, dos desafios sociais e da motivação da criança para respondê-los (CARVALHO, 2006, p. 483).

Assim, transportando a visão vygotskyana sobre desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais para o contexto de inclusão, pode-se afirmar que "embora uma criança com deficiência possa não ser capaz de absorver todo o currículo da educação regular, ela pode beneficiar-se das experiências não acadêmicas no ambiente educacional regular" (STAINBACK,1999, p. 22, apud REIS E RAMOS, 2007, p. 12).

Para que a inclusão educacional seja bem sucedida, as diferenças existentes no ambiente escolar devem ser reconhecidas como um recurso positivo. Estas diferenças devem ser reconhecidas e capitalizadas para fornecer oportunidades de aprendizagem para todos os alunos.

> O processo de inclusão visa colaborar com a aprendizagem de todos os alunos, deficientes ou não deficientes. Se uma criança não é capaz de absorver todo o currículo da educação regular, uma escola inclusiva terá que estar atenta para perceber quais conhecimentos são importantes e necessários à formação desta criança e, assim, exercer uma prática diferenciada que lhe garanta a apropriação de tais informações (ANDRADE; SCHÜTS, 2006, p. 7).

Desta forma, é de suma importância que a escola procure desenvolver uma metodologia diferenciada, vislumbrando o que é verdadeiramente necessário e importante para formação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

> Nesse sentido, faz–se necessário pensar em intervenções que proporcionem à criança realizar seu desenvolvimento escolar/cognitivo, para que possa atuar no mundo de forma singular e criativa, possibilitando a emergência de sua subjetividade. É papel da escola participar da ampliação e enriquecimento do espaço potencial, oferecendo material cultural de forma que o aluno possa se apropriar dele de forma criativa e singular, preservando sua identidade pessoal e grupal (JURDI; AMIRALIAN, 2006, p. 195).

Ou seja, a simples integração destes alunos – que se caracterizam por ser só mais um corpo presente - não garante que se beneficiem do ensino numa escola regular, conforme observa Garcia (1999).

> A concepção de educação que Vygotsky defendia referia-se a procedimentos específicos de educação, porém fazendo parte do processo geral de educação, tendo os mesmos objetivos e programas; desta forma, todas as crianças estariam tendo acesso aos mesmos conhecimentos, mesmo que por vias peculiares (p. 45).

Pode-se entender, portanto, que alunos com necessidades educativas especiais não podem mais ficar segregados e excluídos do processo de interação social, no qual se promove o aprendizado e se impulsiona o desenvolvimento humano, e isto já se reflete em legislações importantes, como veremos a seguir.

1.2 Legislações importantes que regem a educação inclusiva

Considerada como um dos maiores desafios a serem vencidos, a educação inclusiva teve seus pressupostos criados na década de 1970, através da fundamentação de vários programas e projetos de educação. Mas, somente a partir da promulgação da Constituição de 1988, é que a escola inclusiva recebeu princípios básicos que a ampara até hoje.

O teor constitucional que rege o assunto se encontra nos artigos 5º e 6º e seus incisos da Carta Magna.

> **Art. 5.º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]
> XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; [...]
> **Art. 6.º** São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [...] (BRASIL, 2010, p. 3-8).

Como podemos observar, o inciso XLI já antevê a punição em caso de discriminação, seja ela qual for, dos direitos e liberdades fundamentais. Ou seja, o termo inclusão está totalmente vinculado ao termo exclusão; somente haverá um se não houve o outro. O responsável pelo cumprimento do texto constitucional é o Estado.

A Declaração de Salamanca (1994), documento mencionado anteriormente, e de grande importância em termos de inclusão escolar, menciona, no item 2, que:

> As escolas comuns com essa orientação integradora representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos; além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhora a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo o sistema educativo (p. 10).

Este documento, além de propor a educação inclusiva de forma global aos às pessoas que possuem necessidades educativas especiais, possibilita uma abertura para os casos em que, infelizmente, a inclusão ainda não seja possível, prevendo

exceções a partir do momento que se conclua que o ensino é inoperante em relação ao atendimento das necessidades educacionais e sociais da criança. Fato este que somente beneficia os que não têm coragem para implementar mudanças, muitas vezes por não acreditar ou, em muitos casos, por puro preconceito em relação ao processo de inclusão (REIS E RAMOS, 2007).

Com a implantação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), o Estado foi obrigado a garantir não somente àqueles considerados “normais”, mas também aos que possuem necessidades especiais, escola pública e atendimento educacional especializado, de preferência os da rede regular de ensino (BRASIL, 2010).

Os capítulos da LDB 9394/96 que regulamentam o processo de inclusão está assim apresentado:

> No capítulo V, onde aborda a educação especial, encontra-se no artigo 58: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”; no parágrafo 2, do referido artigo encontra-se: “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições especificas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. Finalmente, “o poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo”. (MOURA; BARBOSA, 2001, p. 1).

Várias outras legislações tratam da questão da inclusão. Pode-se citar, de forma sintética, a Lei 7.853 de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social; o Estatuto da Criança e do Adolescente; a lei 10.172, de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e que estabelece vinte e oito objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais; a Resolução número 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; o Decreto No. 5.626/05, que dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, entre outras (CASAGRANDE, 2009).

Todas estas leis normativas foram ou estão sendo muito importantes para aperfeiçoar o tratamento dispensado aos que possuem necessidades especiais, frisando-se que estas só foram elaboradas e criadas a partir de muita luta e ocupações de espaço.

1.3 Processo de Inclusão no Estado de Goiás

O Estado de Goiás, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), possui 4 milhões de habitantes, com aproximadamente 400 mil pessoas com algum tipo de deficiência. Assim, hoje, em um universo de mais de um milhão de estudantes matriculados em suas unidades escolares, trabalha com aproximadamente, 100 mil alunos com deficiência (SASSAKI, 2004)

O processo de inclusão no Estado de Goiás iniciou-se em 1999 com a criação do Programa Estadual para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva (PEEDI), implementada em todo Estado.

Para a formulação do referido programa, a Superintendência de Ensino Especial considerou todos seguintes dispositivos legais existentes na época, ou seja:

> Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual, Resoluções dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9394/96, Lei Complementar Estadual no 26/98 que estabelece as Diretrizes e Bases do Sistema Educacional do Estado de Goiás, Política Nacional de Educação Especial do MEC, Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei no 8069/90, além da Declaração Mundial dos Direitos Humanos – 1948; Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos – Tailândia, 1990; Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática em Educação Especial – Espanha, 1994, que aponta na direção de um sistema de educação centrado na diversidade humana (SANTOS *et al* 2008, p. 8).

No inicio o programa atendia um número bem inferior quando comparados aos números totais de atendidos. As ações do PEEDI foram planejadas e elaboradas tendo em conta as seguintes diretrizes:

> A) Desenvolver escolas abertas à diversidade humana e não para receber apenas as pessoas com deficiência nas salas de aula comuns; B) Adotar o conceito mais amplo de “necessidades Educacionais especiais”, decorrente do conceito de diversidade humana; C) Capacitar os agentes multiplicadores (mediadores) que, por sua vez, capacitariam as demais pessoas; D) Adotar o processo gradativo, começando pelas escolas que espontaneamente desejassem tornar-se inclusivas; E) Implantar nas escolas os seis tipos de acessibilidade (arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional e programática); F) Dotar os multiplicadores com instrumentos e materiais de capacitação; G) Dotar os professores e pais com recursos que facilitem sua atuação junto a alunos e filhos; H) Montar uma rede de apoio em todo o Estado para assessorar, acompanhar, ajudar, ensinar e incentivar as escolas inclusivas (SANTOS *et al* 2008).

O mesmo foi dividido em quatro fases: sensibilização, implementação, expansão e consolidação. Sendo composto por dez projetos.

> Os dez projetos foram executados nas escolas inclusivas apoiadas pelo Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva. Cada um destes projetos tem as suas metas específicas, mas todos eles têm em comum a capacidade de atrair mais e mais crianças e jovens adultos que haviam abandonado a escola ou que nunca tiveram a oportunidade de matricular-se numa escola (SASSAKI, 2004, p. 26).

Dentre estes, como se pode observar, está a educação inclusiva, que tratava especificamente da inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

> A implantação deste projeto foi gradativa considerando a remoção das barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e programáticas. Inicialmente, foram implantadas 315 escolas inclusivas estaduais, o que exigiu: (1) preparação de professores de salas de aula, professores de recurso, profissionais dos Setores de Apoio à Inclusão; (2) coleta de relatos de experiências inclusivas; (3) orientação sobre adaptações curriculares, estilos de aprendizagem, inteligências múltiplas; (4) realização de encontros pedagógicos e ciclos de estudos; (5) realização de cursos de mediação de práticas pedagógicas (SASSAKI, 2004, p. 27).

Ao longo dos anos em que este Programa Estadual está em funcionamento, ele tem sido avaliado, também, por um incontável número de profissionais de educação. Este programa continua sendo aperfeiçoado a cada dia graças a numerosas avaliações recebidas em todas as escolas inclusivas do estado de Goiás.

1.4 Processo de Inclusão em Anápolis-GO

O processo de inclusão, nas escolas estaduais de Anápolis, GO., segue o que determina o Programa Estadual para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva (PEEDI), criado em 1999.

Em relação às escolas da rede municipal de ensino, a maioria já está trabalhando arduamente no processo de inclusão. Em quase todas as escolas municipais é possível encontrar alunos que possuem necessidades especiais.

A grande dificuldade esta na falta de uma melhor preparação para o trato com os alunos com necessidades educacionais especiais, pois, os cursos de aperfeiçoamento praticamente não existem, fato este confirmado pela realização da pesquisa de campo.

Os esforços empreendidos pelos profissionais que trabalham com os alunos com necessidades educacionais especiais são praticamente individuais e dispendiosos, tendo como base, experiências pessoais e muita vontade.

Somente agora, no final de 2010, com a realização de um concurso para suprimento de cargos é que foi dada abertura para a contratação de auxiliares

educacionais, que tem como principal função, colaborar com os professores no trato com os alunos que possuem necessidades especiais.

2. DEFICIÊNCIA VISUAL

Muitos estudos mostram que mais da metade das informações disponíveis no meio são percebidas pela visão. Este sentido proporciona um amplo conhecimento dos objetos e dos contextos que envolvem os sujeitos.

> Para quem enxerga, é impossível imaginar a vida sem qualquer forma visual ou sem cor, porque as imagens e as cores fazem parte de nosso pensamento. Não basta fechar os olhos e tentar reproduzir o comportamento de um cego pois, tendo memória visual, a pessoa tem consciência do que não está vendo (BRASIL, 2000, p. 9).

Os olhos e o olhar têm grande importância. As pessoas podem ser reconhecidas e, até mesmo, significadas por meio deles. A visão é um sentido fundamental para muitos animais. A alimentação, a proteção, enfim, a sobrevivência de muitas espécies depende enormemente da percepção visual (RAPOSO & CARVALHO, 2010 p. 155).

Os graus de visão abrangem um amplo espectro de possibilidades: desde a cegueira total, até a visão perfeita, também total, podendo ir da cegueira até a visão subnormal.

> A deficiência visual refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em razão de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõem o grupo com baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira) (BRASIL, 2000).

“No Brasil, cerca de 1,0 a 1,5% das pessoas com deficiência apresentam deficiência visual (aproximadamente 1,7 milhões de pessoas), sendo 80% com baixa visão e 20% cegas” (RAPOSO & CARVALHO, 2010, p. 160).

> Entre os dois extremos da capacidade visual estão situadas patologias como miopia, estrabismo, astigmatismo, ambliopia, hipermetropia, que não constituem necessariamente deficiência visual, mas que na infância devem ser identificadas e tratadas o mais rapidamente possível, pois podem interferir no processo de desenvolvimento e na aprendizagem (BRASIL, 2000).

Vigotsky (1995) traz uma nova concepção para as pessoas com deficiências ao partir do pressuposto segundo o qual o desenvolvimento humano é regido pelas leis da diversidade. Este autor afirma ainda que:

> [...] as leis que regem o desenvolvimento tanto da criança normal quanto anormal são, fundamentalmente, as mesmas, assim como as leis que governam a atividade vital são as mesmas, sejam normais ou patológicas as condições de funcionamento de qualquer órgão ou do organismo em seu conjunto (173)

Assim sendo, as relações sociais tornam-se base do desenvolvimento, sendo este, dinâmico e revolucionário, pois transforma o próprio homem e seu meio reciprocamente. Neste sentido, Silveira e Venâncio (2007) afirmam que:

> A deficiência visual interfere em habilidades e capacidades, afeta não somente a vida da pessoa que perdeu a visão, mas também dos membros da família, amigos, colegas, professores, empregadores e outros. Entretanto, com tratamento precoce, atendimento educacional adequado, programas e serviços especializados, a perda da visão não significa o fim da vida independente e não ameaçará a vida plena e produtiva (p. 24).

Em decorrência da falta de informação, em vários momentos, as pessoas com deficiência visual são vitimas de momentos constrangedores quando do relacionamento com a população não deficiente. Portanto, "somente experiências sensório-motoras integradas e significativas ajudarão o portador[2] de deficiência visual. Para que o deficiente visual organize o mundo em seu redor e nele se situe, ele precisa dispor de condições para explorá-lo" (MASINI, 1992, p. 38 apud VAN MUNSTER, 1998, p. 15).

Consequentemente, a pessoa com necessidades visuais apresenta várias defasagens psicológicas e motoras que para eles são comuns e relevantes em decorrência da falta de experiências motoras. Dentre estas defasagens, Menescal (2001, apud SILVEIRA; VENÂNCIO, 2007) cita:

> A defasagem no esquema corporal, no equilíbrio dinâmico e estatístico, problemas na postura, na mobilidade, na lateralidade, na direcionalidade, na coordenação motora, dificuldade na formação de conceitos, limitação na captação de estímulos, entre outros (p. 36).

Assim sendo, para o deficiente visual, o autoconhecimento e o conhecimento do meio em que o mesmo vive não acontecem de forma natural. Para que isto ocorra, é necessário que este deficiente seja estimulado, possibilitando assim, a tomada de consciência do mundo através daquilo que lhe é descrito e do esforço daqueles que o cercam. Desta forma, é de suma importância a participação ativa da família e dos

---

[2] À época em que o texto de referência foi escrito, ainda era aceita a expressão "portador".

demais que fazem parte da convivência diária da pessoa com necessidades visuais (SILVEIRA; VENÂNCIO, 2007).

2.1A realidade atual da pessoa com deficiência visual

As dificuldades enfrentadas pelos deficientes visuais são devidas, em parte, à infundada crença de alguns em conceberem que uma deficiência vai, necessariamente, afetar todas as funções do indivíduo.

A condição de exclusão do deficiente visual, na atualidade, está muito ligada à sua história de vida.

A este respeito, Mosquera (2004 apud REIS E RAMOS, 2007) menciona que:

> Os deficientes visuais encontraram muitos desafios até conquistarem o espaço que hoje possuem. Na pré-história, ainda movida pelo instinto, descartavam os mais fracos. Alguns tinham o pensamento que o nascimento de uma criança cega era o anúncio de que o tempo de fome estava por vir, então, jogavam as crianças cegas em rios e, assim, o mal se afogava junto com o bebê. Houve também, com o passar dos tempos, o pensamento de que as pessoas cegas eram profetas e adivinhos, isso pelo fato dos outros sentidos dos deficientes visuais serem melhorados para suprir a falta da visão, porém, os obstáculos não pararam e o maior problema vinha por parte da população (p. 20).

Assim sendo, pode-se entender, então, que as desigualdades promovem certa exclusão.

Segundo DONATO e CANÔAS (1996 apud REIS E RAMOS, 2007), os próprios direitos sociais se tornam motivo de exclusão como, por exemplo: filas especiais, gratuidade em ônibus, etc.

Com o passar dos anos, os deficientes visuais foram conquistando um espaço ativo na sociedade, com o Braille e o Soroban. Eles conquistaram, também, o direito à educação especial e, junto a ela, a capacidade de ler, escrever e realizar operações matemáticas. Conseqüentemente, tornaram-se aptos a trabalhar, alcançando assim, maior independência financeira (REIS E RAMOS, 2007)

> O sistema Braille, criado pelo francês Louis Braille, é utilizado pelo portador de cegueira para ler e escrever. Tendo como base o protótipo deste sistema, o reglete e o punção ainda são os recursos mais utilizados para escrever. A reglete consiste em tábua de madeira, plástico ou metal, em uma régua de metal com celas que comportam um símbolo Braille. O punção é utilizado para pressionar os pontos no papel e a escrita se faz da direita para a esquerda. Nas operações matemáticas, o recurso mais utilizado é o Soroban, Ábaco muito utilizado pelos orientais e adaptado no Brasil, em 1948, permitindo assim, o seu uso por pessoas cegas (RAPOSO & CARVALHO, 2010, p. 161).

Esses meios possibilitam melhora no desempenho e desenvolvimento de qualquer tarefa, permitindo com isso, uma melhor inserção do deficiente visual na sociedade.

Hoje, a sociedade enxerga o deficiente visual como um cidadão que consome e produz, mas, na área da atividade física, há ainda muito que se conquistar de forma autônoma, consciente que a prática de atividade física, seja um direito inalienável à sua pessoa, assim como a educação e a saúde, entre outros.

2.2 O deficiente visual, a aprendizagem escolar e as atividades físicas

Concretamente, o espaço escolar, segundo Raposo e Carvalho (2010), representa um dos cenários de construção e de mudanças e deve ser compreendido em sua complexidade e em suas possibilidades relacionadas a cada sujeito e à sociedade.

Segundo Tunes, Tacca e Mitjáns Martinez (2006 apud RAPOSO & CARVALHO, 2010):

> A dimensão social da aprendizagem se expressa continuamente, nos distintos processos desenvolvidos na escola. São ações e emoções dos envolvidos; o papel do outro; as posições ocupadas pelo aluno e sua relação intersubjetiva com os demais sujeitos, bem como a capacidade de desenvolver competências curriculares específicas à escolarização. [...] A complexidade é a característica constitutiva da aprendizagem, entendida como uma relação dialética integrando aspectos sociais e individuais. A aprendizagem é compreendida como um processo da subjetividade humana (p. 157).

Observa-se, então, que a compreensão de que a aprendizagem escolar é um processo singular e complexo é de suma importância em relação aos sujeitos com deficiência visual, pois, as peculiaridades psicológicas e biológicas destes favorecem a organização dos apoios às suas necessidades de aprendizagem, conforme observamos nos comentários de Raposo e Carvalho (2010):

> Em qualquer etapa de ensino e nos distintos ciclos de vida, uma pessoa com deficiência visual pode se utilizar de recursos e estratégias que apóiam o desenvolvimento de atividades escolares, pessoais, profissionais e sociais. No percurso escolar, as adaptações de elementos curriculares (objetivos, conteúdos, estratégias de ensino, tempo) podem ser requeridas para garantir o desenvolvimento da competência curricular e o êxito do desempenho acadêmico (p. 160).

Em qualquer etapa, o planejamento e a organização de apoio aos alunos com deficiência visual exigem avaliação multiprofissional integrando, no mínimo, as áreas

de saúde e educação. O professor deve avaliar as condições da escola e da sala de aula para propor as adaptações necessárias à participação do seu aluno.

Em geral, uma pessoa com deficiência visual apresenta defasagens em seu desenvolvimento, de forma acentuada, na área motora. “A defasagem cognitiva é uma situação conjuntural e não estrutural no desenvolvimento da pessoa cega” (BRASIL, 2006).

Como caracterizações do estágio de desenvolvimento motor da criança cega apresentam-se, segundo Conde (1981 apud SANTOS, 2009), algumas defasagens, como por exemplo, falha no equilíbrio, dificuldade de movimentação, defeito na postura do corpo, dependência na locomoção, forma de expressão facial raras, lateralidade e direcionalidade não estabelecidas, fraca resistência física, inibição e falta de vontade própria para em termos de motricidade.

O desenvolvimento compensatório dos sentidos intactos dos que possuem deficiência visual não ocorre de forma natural, já que o tato, as cinestesias, a audição e o olfato, sem uma adequada estimulação, não atuam de maneira fidedigna na diminuição, na defasagem da captação e elaboração dos estímulos que a cegueira provoca. Além disso, a impossibilidade da limitação e do estabelecimento de modelos restringe, ainda mais, a facilitação de seu desenvolvimento (NEVES *et al*, 2003).

Não há limites para aqueles que têm vontade de praticar atividades esportivas, independentemente de qual delas seja. Além do que, a prática esportiva possibilita, aos que possuem deficiência visual, um aumento nos espaços possíveis de locomoção, que, em decorrência da deficiência, é diminuta.

> O conhecimento do próprio corpo está intimamente vinculado ao desenvolvimento geral da criança cega. Ao levá-la, como primeiro passo, ao conhecimento, controle e domínio do seu corpo, a educação física adaptada irá embasar e favorecer a evolução desta criança, enfocando também aspectos como a autoconfiança, o sentimento de mais valia, o sentimento de cooperação, o prazer de poder fazer e as interfaces dessas valências afetivas com seu cotidiano na família, na escola e na sociedade (CONDE, 2004, p. 2).

A prática de uma atividade física é de suma importância para que se tenha uma melhor qualidade de vida. Isto, independentemente de se ter ou não uma necessidade especial, pois, quando se pratica uma determinada atividade física, de caráter educativo social e lúdico, tendo como objetivo o desenvolvimento do ser humano em sua integralidade, visando proporcionar-lhe momentos de reflexão,

fantasias, diversão e lazer, onde os objetivos não se direcionam apenas para as necessidades humanas de recuperação mental e física. Eles visam, também, as necessidades de solidariedade, integração social e cultura, possibilitando uma grande melhoria na qualidade vida (SANTOS, 2009).

No caso da pessoa com deficiência visual, a educação física adaptada procura trabalhar o desenvolvimento da área psicomotora, através de jogos e do desporto, como também os aspectos cognitivos, social-afetivos e sensoriais. Ela procura transformar o corpo da pessoa cega como uma ferramenta mor (CONDE, 2010).

Segundo afirma Soler (2005 apud MOREIRA *et al*, 2007):

> Os esportes trazem muitos benefícios, proporcionando o desenvolvimento global dos PNE's, tornando possível reconhecer suas habilidades e integrá-los à sociedade, uma vez que isso proporciona elevação da auto-estima. O convívio com outras pessoas que enfrentam as mesmas dificuldades traz para os deficientes a superação de suas dificuldades (físicas e psicológicas), a melhora de seus relacionamentos amorosos. Os esportes servem para aumentar o sentimento de autonomia. Os jogos servem para explorar o mundo que o rodeia; reforça a convivência, o alto grau de liberdade faz com que os relacionamentos fiquem mais saudáveis por esse motivo deve se tentar criar jogos de encontro e não de confronto. Equilíbrio corpo e alma atuam como um circuito auto-regulável de tensões e relaxamento produz normas valores e atitudes, possibilita as fantasias, induz a novos experimentos, tornar as pessoas mais livres (p. 1).

Pode-se observar, então, que a prática constante de uma atividade física, como também a prática de um determinado tipo de esporte, são fatores de suma importância para a saúde física e mental dos deficientes visuais.

> A Educação Física tem um papel decisivo na motivação para a vida e para a busca de melhor adequação das capacidades preservadas. O corpo cego é movimento, é vida, é sentimento e, tendo a oportunidade de vivenciar a atividade motora ou o esporte, o deficiente visual terá maiores chances para conquistar seu espaço como cidadão que é, independente de sua deficiência (NEVES *et al,* 2003, p. 7).

Além das melhorias citadas acima, há melhorias no débito cardíaco, diminuição da freqüência cardíaca em repouso, redução do colesterol, queda da pressão sanguínea, maior aptidão cardiovascular, melhor ventilação por minuto e da capacidade vital, além da autoestima, reduzindo a ansiedade e a depressão (LEITE, 1996 apud REIS E RAMOS, 2007).

A prevenção de deficiências de ordem secundária, como também o aumento no número de amigos, são barreiras que podem ser quebradas pela prática da educação física. Ao se praticar determinados tipos de esporte, como natação, futebol

e atletismo, etc., aumenta-se a capacidade motora, melhora-se o sistema cardiorrespiratória e a postura das pessoas com deficiência visual. Por isso, é importante que logo que seja diagnosticado pelos médicos o problema da cegueira, deve-se incentivá-lo para que procure praticar trabalhos na água (natação, hidroginástica ou hidroterapia), visando uma estimulação precoce ou para a escola (SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS, s/d).

É deveras importante que se dê toda atenção às pessoas deficientes visuais. No entanto, de forma alguma se deve confundir atenção com superproteção. Mesmo com suas limitações estes não necessitam que sejam feitas as suas atividades. O importante é dar direção, incentivar o labor pessoal e orientar no sentido de que elas são capazes de fazerem o que desejarem.

No caso do profissional de educação física, este deve procurar, ao elaborar as atividades físicas, pensar como se fosse um deficiente visual. Se assim não o fizer, o fracasso é quase certo.

2.3 A importância do conhecimento para o profissional de Educação Física

Não se pode negar que a falta de conhecimento, em qualquer área que se queira atuar, é primordial para o insucesso do empreendimento. No caso do profissional de Educação Física esta constatação não é diferente, pois, sem o devido conhecimento não será possível o trabalho de inclusão com o deficiente visual. Sobre isto, diversos autores destacam que os professores se sentem despreparados e incapazes de promover a inclusão desse aluno, afirmando terem recebido reduzidas informações sobre a deficiência visual durante a sua formação (LIMA & DUARTE, 2001; REIS & RAMOS, 2007; SASSAKI, 1997).

Para uma solução possível para essa situação seria necessário, segundo Marques e Silva (2008), que:

> Houvesse uma preparação de todos os profissionais da escola regular, para receber o aluno com necessidades educativas especiais. Já o professor de Educação Física deverá estar sempre atento às mudanças, que deverão ser feitas, para melhor atender aos alunos com necessidades educativas especiais, evitando que eles sejam isolados de seus colegas e das atividades propostas pelo professor.
> É importante que haja uma ampla variedade de atividades sendo oferecida aos alunos para que se efetive a inclusão, principalmente no que se refere à educação Física Escolar, pois só será possível a inclusão de todos os alunos, a partir da criação diversificada de conteúdos e atividades (MARQUES; SILVA, 2008, p. 1)

Desta forma, a existência de material que forneça informação sobre as necessidades especiais são essenciais. Este fato é preocupante, pois, a escassez deste tipo de material é uma realidade. Os que existem não apresentam solução em relação aos problemas relativos ao planejamento, intervenção e avaliação. Outro fator é a inexistência de profissionais de apoio (ALVES; DUARTE, 2005, p. 233).

> Outra barreira está relacionada com o currículo e com a maioria das atividades propostas durante as aulas de educação física escolar. As atividades como basquetebol, futebol, voleibol, em seu formato tradicional, são encaradas como desfavoráveis à participação independente de alunos cegos ou com baixa visão. No entanto essas atividades podem e precisam ser adaptadas (utilização de bolas com guizos, guias, etc.) para que a participação do aluno deficiente visual seja possível. Por outro lado, atividades como natação, atletismo, artes marciais e ginástica podem ser incorporadas durante as aulas, já que proporcionam a independência e a oportunidade de estudantes deficientes visuais em participar (MELO, 1991, p. 76 apud REIS E RAMOS, 2007, p. 24).

Assim, ou o profissional de Educação Física que trabalha com a deficiência visual procura adequar a maneira como trabalha sua aula tendo como parâmetro sua clientela de alunos, inserindo-se ai, o deficiente visual, ou não haverá participação ativa do aluno, que é foco da aula, quando o assunto é inclusão.

Se o profissional que trabalha com pessoas com deficiência visual não acreditar que este é capaz de realizar as atividades que lhe são propostas, jamais ultrapassará as barreiras que impedem a inclusão do referido aluno. É fundamental que o educador compreenda que seu aluno cego ou com baixa visão, desde que receba informações e auxílios necessários, é capaz de realizar as mesmas atividades que o aluno não-deficiente (CORREIA, 2001). No sentido de auxiliá-lo, na seção seguinte, são propostas algumas dicas para o preparo de uma aula de educação física, abrangendo o deficiente visual.

2.4 Como preparar uma aula para o Deficiente Visual

A maioria das atividades que são desempenhadas pelas pessoas que não possuem problema de visão é semelhante. Elas podem ser indicadas para os que não conseguem enxergar. A este respeito, como afirma Conde (1991):

> Em qualquer classe existem variações no grau de habilidade dos alunos. Um professor que sabe adaptar a aula dentro dos limites superior e inferior das capacidades dos alunos será também capaz de integrar as crianças com deficiências visuais. Instruções individualizadas e concretizadas podem ajudar o aluno a vencer seus limites. Por exemplo, saltar à corda não exige adaptação: os alunos deficientes visuais podem ouvir o barulho da corda batendo no chão. Uma falta (de batida) seria ouvida como uma interrupção do ritmo. Eles podem também saltar à corda, sozinhos, por ser uma

> atividade intrinsecamente ritmada e que não exige deslocamento. De fato, uma estratégia útil, quando se ensina crianças que vêem a saltar à corda, é pedir que fechem os olhos para se concentrar no ritmo, sem se deixarem distrair pelos movimentos da corda (p. 1).

Organização e constância são elementos essenciais em relação ao equipamento. Antes de uma aula de Educação Física será preciso orientar os alunos com deficiência visual a respeito da locomoção, do equipamento e, depois disso, evitar mudanças de lugar sem avisá-los. Seguindo esta sugestão, em todas as aulas de Educação Física, os alunos com deficiência visual serão capazes de se movimentar, independentemente e sem receio, no ginásio ou no campo (CONDE, 1991).

A pessoa com deficiência visual tende para a inatividade física, o que só evidencia a importância de se ter uma aula estimulante, visto que eles necessitam se tornarem ativos. Por isso, a aula direcionada a este público deve ter como objetivo e características, por exemplo:

> - Diminuição da defasagem psicomotora geralmente apresentada;
> - Desenvolvimento da autoconfiança auto-estima e auto-iniciativa do deficiente visual;
> - Utilização plena do potencial sensorial;
> - Utilização do corpo e do movimento como resolução de problemas;
> - Tempo de reconhecimento do material utilizado, da área e do ambiente;
> - Percepção cinestésica para um melhor entendimento do movimento. (CRUICKSHANK e JOHSON, 2000, p. 168 apud REIS E RAMOS, 2007, p. 25).

Quando das explicações sobre qualquer atividade física, estas devem ser verbais, utilizando-se de termos simples, que devem ser repetidos no mínimo uma vez. Devem-se usar as cinestesias, sempre, possibilitando ao aluno com deficiência visual que consiga enxergar através do tato. É importante, neste caso, deixar o aluno consciente de que o mesmo será tocado, evitando assim, que o mesmo se assuste.

O objetivo essencial que o professor deve ter, segundo ROSADAS (1989, p. 45 apud REIS E RAMOS, 2007, p. 26):

> É o de ultrapassar fronteiras que limitem o desenvolvimento do deficiente visual. Para isso, deve-se ficar alerta a princípios para solidificar uma relação professor x aluno deficiente visual de sucesso, tais como: segurança, responsabilidade, liderança. Objetividade, atenção, entusiasmo, comunicação, motivação, persistência, dedicação, iniciativa, rapidez de raciocínio, versatilidade, autodomínio, resistência à rotina, capacidade de observação e autocrítica.

É na simplicidade que o professor conseguirá se aproximar do aluno, pois este, em decorrência desta, passa a sentir que o profissional de Educação Física é real, tocável, o que permitirá a ocorrência de uma maior interação entre os dois, possibilitando com isso, colaboração e compreensão das atividades físicas que serão trabalhadas.

II – OBJETIVOS

2.1 Geral

Apresentar esclarecimentos quanto à inserção de alunos com necessidades educacionais especiais, que apresentam deficiências visuais, nas aulas de Educação Física, do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Anápolis-GO.

2.2 Específicos

- Esclarecer sobre os princípios da educação inclusiva e os seus benefícios para os estudantes com necessidades educacionais especiais, nas aulas de educação física.
- Compreender a realidade em relação à preparação dos professores de Educação Física para receber e trabalhar com as diferenças.
- Identificar as concepções de inclusão destes professores e observar se os métodos e técnicas utilizados pelos mesmos constituem-se como inclusivos.

III – METODOLOGIA

3.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

A pesquisa será dividida em fins e meios. Quanto aos fins a pesquisa é descritiva, pois trabalha com a realidade em relação aos que possuem deficiência visual. Para tanto ela se utiliza da aplicação de questionários para exposição de informações sobre o assunto em questão. Em decorrência da instituição não contar com dados sobre assunto a pesquisa é, também, exploratória. Quantos aos meios ela é bibliográfica, utilizando-se de variada gama de informações de estudiosos do assunto, para sua melhor fundamentação e empírica, devido à importância de se ter conhecimentos sobre a realidade da instituição onde a mesma foi realizada, quanto à inclusão de uma pessoa com deficiência visual nas aulas de Educação Física.

Conforme a metodologia apresentada, as informações serão construídas mediante observação direta, através de visitas informais na instituição, além de pesquisas bibliográficas, de teses, dissertações e portais de periódicos na internet como, também, através da realização de um questionário, composto por questões abertas.

A análise das informações obtidas será qualitativa, o que propiciará a obtenção de respostas para o problema proposto ou, até mesmo, novas perguntas. As informações obtidas serão analisadas e interpretadas, primeiramente, de forma individual e, em seguida, de forma conjunta, ou seja, confrontando-se as informações.

3.2 Contexto da Pesquisa

Considerada a capital econômica do Estado de Goiás, a cidade de Anápolis, da qual faz parte a instituição educacional que serviu de campo de pesquisa, segundo o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com uma população de 335.032 habitantes (IBGE, 2010).

> Pelo que foi apurado, Anápolis possui uma taxa média de 3,23 moradores por domicílio. A população com mais de 69 anos representa 4,37% do total

> e os menores de três anos de idade, 4,23%. A expectativa de vida do anapolino segue a média nacional, que é um pouco acima de 72 anos de idade. Os dados destacam, também, a existência de 3.506 novas construções, sem contar alguns conjuntos habitacionais que já estão prontos, embora não habitados. O número total de domicílios é de mais de 94 mil (BRITO, 2010, p. 1).

Quanto à educação, a cidade de Anápolis possui baixos índices de analfabetismo e bons níveis culturais. Isto graças à sua estrutura educacional. Nos últimos anos, o desenvolvimento neste setor é visível. A cidade possui um pólo universitário representado por instituições como a sede da Universidade do Estado de Goiás (UEG), UniEvangélica, Faculdades Instituto Brasil (Fibra), Faculdade Latino-Americana (FLA), Universidade Vale do Acaraú (UVA), Funcer - Fundação Universitária do Cerrado, Seminário Teológico Cristão Evangélico do Brasil e três faculdades católicas (Instituto Católico de Teologia Tomás de Aquino, Faculdade de Filosofia São Miguel Arcanjo/FAFISMA, Institutum Sapientiae), Faculdade de Tecnologia Senaus, Roberto Mange, Associação Brasileira de Odontologia Seção Anápolis IGTF (ABO). No terceiro grau, as instituições de ensino superior em Anápolis mantêm cursos regulares em quase todas as áreas. Possui ainda, mais de 100 estabelecimentos de ensino, dividido em estaduais e municipais (ANS, 2009)

Dentre as mais de 50 instituições de ensino municipais, a pesquisa que segue se direcionará a apenas uma destas.

A referida escola municipal começou a ser um sonho real em 1968, com a construção de apenas um cômodo. Hoje a escola conta com 17 salas de aula. Esta instituição ministra o Ensino Fundamental, tendo uma população estudantil de 1350 alunos, regularmente matriculados do 1º ao 9º Ano, EJA do Primeiro e Segundo Segmento, distribuídos em 41 turmas nos turnos matutino, vespertino e noturno. Esta, desde sua fundação já vem trabalhando de forma concreta, com a inclusão de alunos com necessidades especiais[3].

A escola foi premiada com o Laboratório de Informática, em outubro de 2005. No ano de 2007, houve eleição para gestora da escola, tendo três candidatas ao cargo. É uma escola ativa que desenvolve projetos em diversas áreas e todas as séries.

É neste ambiente que a pesquisa se campo se desenvolverá.

---

[3] Fonte das informações sobre a escola pesquisada: Projeto Político Pedagógico – 2010.

3.3 Participantes

Participaram da pesquisa uma aluna com deficiência visual, a professora de Educação Física que trabalha diretamente com a mesma e a mãe da referida aluna.

A aluna, denominada de forma fictícia de Cris, tem 15 anos e está cursando o 9º ano do ensino fundamental. É bem desinibida e interage com todos os professores, colegas de sala, entre outros pares.

A mãe, denominada de forma fictícia de Maria, com idade de 38 anos, é solteira e sua profissão é do lar. Segundo sua própria informação, a mãe é presente, participa de todos os momentos da vida escolar da aluna, levando-a e buscando-a todos os dias.

A professora, aqui denominada de Marisa, tem 31 anos, tendo 6 anos de magistério, atuando na área de Educação Física.

3.4 Materiais

Na realização da pesquisa foram utilizados os seguintes materiais: livros e revistas técnicas, disquetes/CDs, papel chamex, cartuchos para impressora. Foram utilizados, também, serviços de terceiros: correção ortográfica, digitação da monografia, encadernação, fotocópias e pesquisas em lan houses.

Em relação aos materiais que foram utilizados diretamente na pesquisa, ou seja, com os participantes, estes foram papel e caneta.

3.5 Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização da pesquisa foram elaborados e utilizados três questionários. Um, direcionado à professora que trabalha com a disciplina de Educação Física; outro, à aluna, ponto central da pesquisa e o outro, para a mãe da aluna. Os questionários exploraram questões que se relacionam à inclusão, interação e adequação. Os modelos dos questionários estão nos apêndices (Apêndice A, B e C), assim como as versões respondidas pelas participantes (Apêndice D).

3.6 Procedimentos para Construção de Dados

Para se chegar às informações obtidas, primeiramente, procuramos uma instituição que servisse de campo de pesquisa, ou seja, que trabalhasse com a inclusão de deficientes, neste caso, visual. Em seguida, procuramos a gestora da unidade de ensino, visando obter informações se a mesma permitiria que a pesquisa pudesse se realizada. Após este primeiro contato e informados pela gestora de que existia na unidade uma pessoa com deficiência visual, que participava das aulas de Educação Física, procuramos a professora da referida disciplina. Esta, de forma solícita, nos passou informações sobre a aluna, se dispondo a participar da entrevista e do que fosse necessário para o seu enriquecimento. Ela nos apresentou a aluna; depois, a mãe da mesma. A partir daí, com o termo de consentimento assinado por todos os envolvidos (Anexo 1), elaboramos os questionários, com perguntas abertas e direcionadas a cada uma das participantes. Em seguida, marcamos as datas para a realização da entrega dos questionários sendo possível, também, obter mais informações através de uma conversa informal.

3.7 Procedimentos de Análise de Dados

A análise das informações construídas constituiu-se como qualitativa. As informações foram construídas através da aplicação de questionários individuais, ou seja, com perguntas próprias para cada entrevistado. Primeiramente, serão, apresentados na integralidade e, em seguida, à luz das teorias vistas durante a realização do curso e das que estão contidas no referencial teórico; serão interpretadas, visando o entendimento das questões levantadas.

IV – RESULTADOS

Na sequência serão apresentados os resultados obtidos com os três participantes da pesquisa: a Professora de Educação Física, a mãe da aluna com deficiência visual e a referida aluna.

4.1 Informações obtidas com a professora de Educação Física

Nos questionamentos apresentados à professora, evidenciou-se que a mesma, antes de começar a trabalhar com pessoas com necessidades especiais, acreditava que teria muitas dificuldades de desempenhar suas funções em relação a estes.

Durante a sua trajetória profissional ela trabalhou, apenas, com três pessoas com necessidades especiais, sendo um com deficiência cognitiva, um com deficiência motora e uma com deficiência visual (foco deste estudo).

A partir do momento em que começou a vivenciar na prática a realidade de trabalhar com estes alunos, a profissional em questão, se deparou com vários problemas, como por exemplo:

> *"Falta de recurso (material específico para o deficiente visual). Falta de um auxiliar pra ajudar o professor nas aulas práticas; dentro da sala de aula para ditar a matéria que ela devia copiar".*

Procurando contornar os problemas encontrados, evidenciou-se que a mesma procurava se adequar, solicitando a colaboração dos demais alunos e procurando ajuda de parceiros externos, visando obter um material mais adequado ao trabalho com os que possuem necessidades especiais.

Em relação à interação dos alunos considerados "normais" com a aluna com deficiência visual, a professora afirma que há uma boa interação, mas que, infelizmente, alguns ainda resistem. Em contrapartida, a aluna com deficiência visual aceita bem esta interação, procurando participar de tudo que é proposto durante as aulas de Educação Física, mencionando que a mesma é extrovertida e que não tem nenhum tipo de vergonha (constrangimento).

Segundo a professora o esporte é muito importante para a inclusão de pessoas com necessidades especiais, neste caso, deficiência visual. Pois, para ela:

> *"as pessoas com necessidades especiais tem a oportunidade de vivenciar os fundamentos técnicos de cada esporte (exercícios), entendendo qual a verdadeira noção do que seja o esporte".*

Concluindo, a professora de Educação Física deixa como sugestão a necessidade de que seja oportunizada a participação em cursos, para que os profissionais, não somente desta área específica, possam ir tomando consciência quanto à questão da inclusão de pessoas com necessidades especiais, aprendendo novas técnicas. Na opinião dela, isto possibilitaria um melhor aproveitamento pedagógico, psicológico e social, auxiliando na melhora de qualidade de vida destes alunos.

4.2 Informações obtidas com a mãe da aluna com deficiência visual

Questionada sobre **como foi a inclusão de sua filha na escola**, a mãe mencionou que:

> "*Nos primeiros anos foi muito difícil, pois a escola não tinha nem noção de como lidar com minha filha. Eu tinha que ir para lá todos os dias para acompanhá-la nas atividades. Mas, depois que a diretora falou que eu estava fazendo as atividades para ela, mais do que ela mesmo, pois eles não davam nada diferenciado para a deficiência de minha filha, ficava difícil dela acompanhar, daí, eles falaram que os professores iriam estudar para dar atividades para ela e que eu não precisava ir mais".*

Segundo a mãe, sua filha sempre estudou na mesma escola em que se encontra hoje. Quanto à questão de **melhora ou piora no comportamento**, ela mencionou que a filha gosta muito de ir para a escola e que, por esta razão, tenha melhorado em seu comportamento.

Quanto à **sua opinião sobre a escola e os educadores em relação à inclusão de sua filha**, ela afirmou que:

> "*A escola faz o que pode, mas há muitos professores que não estão preparados para dar aula para esse tipo de deficiência, pois não tem noção de como explicar a matéria como a professora de Matemática. As tarefas não são adequadas para ela, como recortar gravuras. Acho que eles deveriam estudar mais sobre essa deficiência para poder dar uma aula que ela possa fazer as coisas sozinha, sem eu ter que fazer para ela em casa".*

Quanto a **sua filha já ter sofrido qualquer tipo de discriminação no ambiente escolar**, a mãe frisou que procura, sempre, explicar para a sua filha que os comentários que ela ouve, e que muitas vezes a deixam magoada, ocorrem por que os pais não conseguiram dar uma boa educação para seus filhos. Em relação aos professores, ela considera que não exista nenhum tipo de discriminação.

Ela concluiu, afirmando que a falta de transporte escolar, no caso específico de sua filha, é problema. Outro problema é a falta de mais amigos para ajudarem. Um item mencionado por ela, como algo importante e necessário, seria a participação dos familiares em cursos.

4.3 Informações obtidas com a aluna com deficiência visual

Segundo a aluna, quando questionada sobre **o que ela acha do ambiente escolar** ela afirmou que:

> *"Gosto muito de estudar nessa escola, pois estudo lá desde o meu primeiro ano. Os professores, alguns, não tentam passar algo diferente para mim. Acho que me sinto mais motivada nos dias que há aula de Inglês e de Educação Física, pois essas duas professoras demonstram mais dedicação comigo. Quanto aos meus colegas, me dou bem com quase todos, pois eles sempre procuram me ajudar. Mas sempre há duas colegas que me ajudam mais".*

Observa-se, claramente, que a aluna se sente mais motivada quando encontra pessoas, neste caso as professoras, que se preocupam com ela. Fato de suma importância, não somente para pessoas com necessidades especiais, como também para os demais, pois a interação professor-aluno é necessária e possibilita uma melhor aprendizagem, fazendo com que as aulas sejam mais participativas.

No caso da pessoa com necessidades especiais, esta interação talvez seja um pouco mais importante em decorrência das dificuldades que o mesmo encontra

para se adaptar à realidade dos ditos “normais”. Outro fator importante é necessidade de haver um bom relacionamento entre todos, independentemente das limitações apresentadas, por isso, ao se oportunizar momentos de interação, onde todos se ajudam, faz com que as diferenças sejam minimizadas.

Quanto à sua participação nas aulas de Educação Física, a aluna relatou gostar mais da professora de Educação Física, em decorrência da forma de tratamento que lhe era dispensada, ou seja, a professora era pacienciosa e procurava explicar a importância da prática de um esporte para a melhora da saúde. Para a aluna, o fato que a deixava descontente era não poder participar de outros esportes (participava apenas de xadrez, que foi adaptado pela própria professora, e corrida). A não participação em outros esportes não ocorria pelas limitações da aluna, mas sim pela falta de material adequado.

Em outro questionamento, a aluna afirmou se sentir muito bem ao realizar os exercícios propostos na aula de Educação Física. Mencionou, ainda, que encontra muitas dificuldades quanto a interação durante as aulas práticas, em decorrência de ter que fazer os exercícios separadamente dos demais colegas, fato este que se origina, mais uma vez, na falta de material de apoio adequado.

Quanto a **sentir-se incluída ou excluída e porquê**, Cris mencionou o seguinte:

> *“Sim, me sinto incluída, pois gosto muito de ir para a escola. De vez em quando fico triste com alguns colegas novatos, que não são acostumados a estudar com deficiente visual, quando me chamam de ceguinha e outros apelidos que prefiro não falar”.*

Em geral, como se pode observar ao longo dos questionamentos e respostas obtidas, a aluna tem um bom relacionamento com a professora, considerando-a como uma grande amiga. Em relação aos colegas ela se relaciona melhor duas, pois teve mais contato com as mesmas. Evidencia-se também, pelas suas palavras, que só não se relaciona melhor com os demais em decorrência da dificuldade que a mesma tem em acompanhar em tempo real, as atividades propostas, tanto na sala de aula, quanto nas atividades físicas.

V – DISCUSSÃO TEÓRICA DOS RESULTADOS

A partir das informações construídas com a aplicação dos questionários, algumas questões devem ser analisadas em profundidade, trazendo luz à questão da inserção de pessoas com necessidades visuais.

Na sequência, estas questões foram trabalhadas seguindo a mesma ordem dos resultados, ou seja, primeiro as da professora de Educação Física, depois as da mãe e, em seguida, as da aluna.

- **O primeiro item que merece ser analisado é o que se relaciona a o que a professora pensa antes de trabalhar com pessoas com necessidades especiais. A professora em questão respondeu que achava que teria muitas dificuldades.**

Segundo estudos realizados por Viviane Preichardt (2003):

> O aluno com deficiência é comumente narrado como tendo “problemas” ou “dificuldades” de aprendizagem. Essa visão do aluno como aquele que se afasta do “aluno ideal” ou “regular” gera resistência e afastamento, dificultando o estabelecimento de relações interpessoais baseadas em algumas atitudes facilitadoras e, por conseguinte, a criação de um ambiente propício à aprendizagem auto-iniciada e experiencial (p. 9-10).

Para Mantoan (2003a, p. 76 apud PREICHARDT, p. 10), “a maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado”.

Observa-se, então, que muitas vezes, antes mesmo de se iniciar um trabalho com pessoas com necessidades especiais, já se tem um preconceito em relação ao mesmo, fato este que gera, quando da interação com este aluno, dificuldades no repasse de informações.

- **Outro item destacado se relaciona gostar de trabalhar individual ou em grupo. A professora respondeu que prefere trabalhar individualmente.**

Neste sentido, a escolha por trabalhar individualmente é preferência da professora ou falta de material. Neste caso, a partir de outro questionamento levantado, a escolha por trabalhar individualmente deve estar ligada a questões de falta de material.

Independentemente da escolha do esporte ou de que forma se irá trabalhar este, deve-se ter em mente, segundo afirma Soler 2005 (apud MOREIRA *et al*, 2007), os esportes trazem benefícios variados, proporcionando o desenvolvimento global dos PNE's, tornando possível reconhecer suas habilidades e integrá-los à sociedade, já que isto conduz a uma elevação da auto-estima.

- **Quando questionada sobre as dificuldades que a professora encontra para trabalhar com o NEE, a professora disse que falta material e apoio de auxiliares.**

> Neste sentido, pode-se afirmar que os materiais de apoio são de fundamental importância para a educação de deficientes visuais. Talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes visuais. A carência de material adequado pode conduzir a aprendizagem da criança deficiente visual a um mero verbalismo, desvinculado da realidade (CERQUEIRA; FERREIRA, 2008).

Na disciplina de Educação Física escolar, a falta de preparo dos professores, a escassez de materiais e espaço adequados e a falta de apoio de auxiliares têm sido fatores impeditivos para a participação ativa de alunos com deficiência.

- **Outro item a ser analisado, aqui, está diretamente ligado à questão dos métodos utilizados pela professora, na tentativa de superar os problemas encontrados. A professora respondeu que se virava, ou seja, improvisava.**

Evidencia-se, aqui, como foi mencionado no item que se relacionava à inclusão na cidade onde se realizou a pesquisa, que são praticamente inexistentes cursos preparatórios para se trabalhar com pessoas com deficiência. Assim sendo, o profissional envolvido, dentro de suas limitações, procura desempenhar suas funções da maneira que pode e que acha conveniente, adaptando-se ao momento.

A falta de cursos e escassez de material pode ser explicada pela demora em se inserir nos cursos de Educação Física, especificamente em seus programas curriculares, conteúdos direcionados ao trabalho com pessoas com necessidades especiais. Esta realidade começou a ser mudada somente nas últimas décadas. Mesmo assim, ainda não se encontra com facilidade materiais didáticos que auxiliem o trabalho com esta camada da população (DUARTE, 2003 apud MONTEIRO; SILVA, 2010).

Este fato acarreta um enorme prejuízo para o aluno que possui deficiência visual e um grande desgaste ao profissional de Educação Física, em decorrência de em muitos casos, não se obter êxito nos propósitos desejados.

- **Mais uma questão a ser analisada é a que se relaciona com a interação entre a aluna com deficiência visual e os demais alunos, onde a professora menciona que ainda há resistência de alguns alunos.**

Neste caso, é importante frisar que a criança deve se sentir totalmente integrada ao seu contexto social. É necessário que ela seja recebida, acolhida, observada, ouvida e compreendida em suas necessidades. Essa forma de relação e comunicação estará influenciando no desenvolvimento psicoafetivo e poderá definir a maneira como a criança irá interagir com as pessoas, objetos e o meio em que vive (BRASÍLIA, 2004).

Trabalhar em grupo de forma constante, desde o início da escolarização, é o melhor caminho para o aumento nas interações entre pessoas com deficiência visual e os demais alunos.

- **Quanto a sugestões, a professora menciona que há necessidade de se fazer cursos, se atualizarem, pois a inclusão na rede municipal ainda esta em seu inicio e a inclusão de alunos com necessidades especiais certamente será uma constante.**

Este fato pode ser confirmado quando se analisa a atual realidade em relação à inserção de pessoas com de deficiência visual em escolas regulares no Estado de Goiás e em Anápolis. Ou seja, quase não existem cursos de atualização e nem de formação para se trabalhar com esta clientela.

A criação de cursos e, consequentemente, a participação nos mesmos, serve de embasamento para os professores, preparando-os para o trabalho com o deficiente visual por meio da utilização de ferramentas voltadas para a educação especial. É também uma forma de atualizar os professores sobre novidades que surgem nesta área.

Em relação às informações construídas através do questionário junto à mãe da aluna com deficiência visual, alguns tópicos também merecem ser destacados e discutidos.

- **Questionada quanto à inclusão da filha, na escola, a mãe esclarece que no inicio a adaptação não foi fácil, pois a escola não tinha conhecimentos quanto aos meios se trabalhar com alunos com necessidades especiais, no caso, a deficiência visual. Na verdade evidencia-se, também, que a própria mãe não sabia o que fazer em relação à questão da inclusão. Por exemplo, quando da realização das atividades, ela era quem fazia as lições para a filha.**

Segundo SOBRAL (2005),

> Nossas escolas, de fato, não estão mesmo preparadas para recebê-los. Entretanto, se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer. Apesar de toda e qualquer dificuldade, nada deve impedir que a inclusão aconteça. Mesmo porque, uma vez que a inclusão está prevista na nossa Carta maior, a Constituição, isto faz da inclusão direito inalienável.

Observa-se, claramente, quando a mãe frisa que faz as atividades da filha, que também não esta preparada lidar com a deficiência visual.

> Este fato é natural, pois professores e pais ficam apreensivos e preocupados, quando, pela primeira vez, uma criança cega ou com baixa visão vai ser incluída na creche ou pré-escola. É natural, eles nunca conheceram ou tiveram experiência com essas crianças, mas, com o passar do tempo, com a convivência, experiência e trabalho com crianças deficientes visuais, esta realidade certamente mudará (BRASIL, 2006, p. 12).

- **Outro aspecto a ser analisado é o que se relaciona à opinião sobre a escola e os educadores, em relação à inclusão de sua filha. A mãe concorda que muitos professores não estão preparados para trabalhar com alunos deficientes visuais, principalmente, em relação à explicação do conteúdo a ser ministrado. Segundo ela, as tarefas não são adequadas para que sua filha possa ter uma melhor compreensão da mesma. Sugestiona que seria importante que elas se preparassem, possibilitando assim, que sua filha pudesse fazer sozinha as tarefas solicitadas.**

Como foi mencionado anteriormente, poucas instituições estão totalmente preparadas para trabalharem com este tipo de deficiência, fato este que explica porque a mãe da aluna, mesmo tendo a convicção de que a escola não tinha experiência no assunto, assim mesmo, manteve sua filha na escola.

Observa-se pelas respostas da mãe da aluna que há necessidade de uma melhor preparação dos profissionais que atuam em instituições que recebem alunos com deficiência. Evidencia-se, também, que a questão não está somente nos cursos, mas, também, na falta de material adequado e na falta de conhecimento das deficiências dos alunos em processo de inclusão.

- **Quanto a sua filha já ter sofrido qualquer tipo de discriminação no ambiente escolar, a mãe mencionou que o fato ocorre, mas que procura explicar para sua filha que isto acontece em decorrência de uma melhor educação dos pais em relação aos seus filhos. Quanto aos professores, não existe discriminação.**

Evidencia-se aqui que, para a mãe, a questão da discriminação passa pela educação dada, aos filhos, pelos pais dos alunos em relação àqueles deficientes. Na opinião dela, em decorrência da ignorância destes, surgem comentários maldosos.

Segundo COSTA; FACHETTI (2001), a questão é outra, já que ao serem levadas em conta, as diferenças físicas, éticas, religiosas, entre outras que, somatizadas, interferem negativamente no processo de construção de uma sociedade mais igualitária. Quanto ao problema dos alunos com necessidades educativas especiais, a discriminação e o preconceito aumentam, uma vez que a escola não consegue, em muitos casos, promover uma convivência harmônica com as diferenças.

Quanto às informações construídas a partir das respostas da aluna com deficiência visual, discutem-se a seguir, alguns tópicos importantes.

- **Questionada sobre o que ela acha do ambiente escolar, a aluna afirmou que alguns professores não passam nada diferente para ela fazer e que se sente mais motivada quando participa das aulas de Inglês e Educação Física, pois as professoras são mais dedicadas. Quanto aos colegas, ela se da bem com todos, pois os mesmos sempre procuram ajudá-la.**

É muito importante que a própria aluna se senta incluída. Os momentos onde ela se sente triste, também é fato humano. Na vida, todos, independentemente de nossas limitações, em algumas ocasiões nos sentimos tristes e contrariados. No caso de alunos com necessidades especiais, o fato em si, se torna um pouco mais traumático, por causa de suas limitações visíveis e por eles serem normalmente, introspectivos.

Quanto a se sentir mais motivada nas aulas de Inglês e Educação Física, em decorrência das professoras se dedicarem um pouco mais a ela, pode-se explicar o fato a partir dos estudos de Vigotsky sobre Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD).

A ZPD, segundo Vigotsky (1994, p. 112 apud KELMAN, 2010):

> É uma verdadeira janela de oportunidade para aprendizagem, sendo necessário que o professor a prepare e conceba e ponha em prática tarefas de ensino e aprendizagem que potencializem essa janela. O professor deve assumir-se como mediador entre a criança e os objetos e entre as crianças e os pares. Se o professor propõe tarefas que estão para além da zona de desenvolvimento proximal, é quase certo que acriança não vai entender a tarefa, não vai ser capaz de realizar ou vai concretizar-la de forma incorreta.

Assim sendo, a orientação de um adulto ou a colaboração de colegas mais capazes são procedimentos de suma importância na socialização, entendimento e motivação das pessoas com deficiência visual.

- **Em relação a participação nas aulas de Educação Física, a aluna afirma que gosta da professora, pois, considera que a mesma tenha paciência com ela e explica a importância para da prática de exercícios para a saúde.**

Para a sua socialização, confiança e paciência são itens de primeira necessidade para a pessoa com deficiência visual. A compreensão de suas limitações aliadas à importância do que se quer transmitir é fator de sucesso em termos de inclusão. Caso contrário, o processo, na verdade, será o de exclusão.

- **Quanto a encontrar dificuldades para se adaptar às aulas de Educação Física e quais eram estas dificuldades, a aluna mencionou que tem dificuldades, pois, precisa de ajuda mais do que os outros, mas que tem consciência de que a professora não pode ficar dando atenção somente para ela.**

A aluna com deficiência visual tem consciência de que não é a única na sala de aula. Neste sentido, é bom frisar que o professor deve dispensar ao aluno com deficiência visual a mesma atenção que aos demais alunos da turma e dar-lhe o mesmo apoio, apenas, adequado às necessidades especiais que apresenta. Não é necessário que defina regras particulares ou que lhes exija menos trabalho.

- **A aluna quando questionada sobre participar das aulas de Educação Física, afirma que não consegue interagir com queria, pois faz os exercícios separados dos demais, ou seja, enquanto esta fazendo ginástica ou outros estão trabalhando com bola.**

Nota-se, a partir do depoimento da aluna, que enquanto ela trabalha um tipo de esporte, os demais alunos trabalham outros, o que dificulta na interação da mesma com os demais.

Em relação a esta questão, Tinoco e Oliveira (2009), menciona que:

> A interação com outros alunos nas atividades integradas nas aulas de educação física faz com que melhore o desempenho dos alunos PNEE. Os alunos devem ser *incluídos na dança, recreação e atividades aquáticas.* Criar atividades para que sejam feitas inclusão dos alunos é uma tática valida partindo do principio que todos tem direito de participar. Devem ser desenvolvidas nos jogos que promovam o conhecimento de si mesmo, e de suas capacidades de movimentos; jogos que possibilitem o reconhecimento de objetos/materiais para jogar; jogos que promovam a interação entre criança-criança, criança-professor, criança-família, de convivência social; jogos que estimulem o campo sensorial e desenvolva a percepção (consciência de objetos), entre outros (p. 1).

O que se deve propor com uma Educação Física realmente inclusiva é a adequação das atividades ao aluno, e não a do aluno à atividade, para que seja participativo e, conseqüentemente, haja um desenvolvimento de suas potencialidades.

- **Como é o relacionamento com a professora de Educação Física e com seus colegas?**

> *"Eu sempre demoro mais um pouco para escrever. Acho que é por isso que eles não têm muita paciência comigo".*

A aluna levanta suposições a respeito das dificuldades dos colegas em lidar com suas necessidades, e tenta achar uma justificativa na própria demora. "Na sociedade moderna em que vivemos, onde recebemos estímulos visuais a todo instante, a pessoa com DV além de encontrar-se em desvantagem, ainda sofre com muitas dificuldades nos seus aspectos motor, social e emocional" (JUNIOR & SANTOS, 2007 apud TINOCO; OLIVEIRA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o término deste estudo, foi possível observar que as pesquisas, em relação à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais - de forma peculiar, os deficientes visuais - ainda são diminutas.

O assunto abordado faz parte do cotidiano de quase toda a sociedade. Hoje, falar em inclusão é atualiza-se com o que é de mais moderno em termos debate. Mas, ao mesmo tempo, em termos de profundidade, ainda está muito longe do ideal almejado.

Deseja-se muito, mas, faz-se pouco, principalmente, em relação ao conhecimento das deficiências e modos de trabalhar com as mesmas.

A cada dia que passa o número de alunos com necessidades educacionais especiais aumenta no ambiente educacional. Com isto, a questão maior que surge é: como trabalhar com este sem que se tenham condições materiais e humanas para tal? A resposta não é muito complexa, como se pôde observar ao longo deste trabalho.

Necessita-se que sejam criados cursos de aperfeiçoamento e que os mesmos encontrem adesão entre os educadores; que sejam elaborados materiais pedagógicos próprios e que se contratem mão de obra especializada. Mas, é necessário, também, como já foi mencionado, planejamento e organização, apoiando os alunos com necessidades especiais, em qualquer etapa. Necessita-se ainda, trabalhando de forma conjunta, a avaliação de vários profissionais (saúde e educação) permitindo, com isso, que sejam propostas, quando da avaliação da escola, adaptações para a participação deste aluno.

Desta forma, o profissional que trabalha com deficiência visual poderá adequar sua maneira de trabalhar com estes alunos. Se isto não ocorrer, não haverá, infelizmente, inclusão.

Quanto à inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física, evidenciou-se ao longo deste, que é possível e necessária. A pesquisa de campo empreendida demonstrou que os ganhos em termos de relacionamento, desenvolvimento e interação é bem significativo.

Espera-se que o DV, com a prática de atividades físicas, possa se descobrir como uma pessoa que é capaz de lidar com a limitação que possui. E possível, através de um trabalho psicomotor, desenvolver uma autonomia, elevar sua auto-estima e perceber que o fato de ser cego ou possuir baixa visão não o impede de participar da Educação Física escolar com outras pessoas videntes e, assim, interagir ainda mais com estes alunos.

Segundo as informações construídas com a professora, com a mãe da aluna e com a aluna, é possível observar que a vontade e o desejo de encontrar um melhor caminho é o que as une.

A professora procura, com todas as dificuldades, encontrar meios para poder incluir a aluna e socializá-la com os demais; a mãe se preocupa com o crescimento da aluna no meio social, daí a escolha por uma instituição de ensino regular; a aluna, independentemente de suas limitações, procura desenvolver todas as tarefas, tendo consciência da realidade de sua vida e dos obstáculos que terá que vencer durante a sua trajetória.

É necessário lembrar ao professor que quando se lida com alunos que possuem necessidades especiais, a simplicidade pode ser o melhor caminho, pois desta forma, sua aproximação com estes será muito maior, pois ele se torna mais real, tocável, recebendo deste uma maior colaboração e compreensão do que se deseja do mesmo, fato este que permitirá a este, descobrir-se como pessoa capaz de lidar com as limitações que lhes são inerentes.

É muito importante que se desmistifique a questão da inclusão escolar, tornando-a verdadeiramente acessível a todos, e permitindo, assim, que a mesma seja vista de forma cotidiana, natural, presente, necessária e uma questão de igualdade de direitos, os quais são assegurados por lei. Fazer com que isto seja uma realidade é um grande desafio para todos, mas, é muito importante que a sala de aula se torne um ambiente prazeroso, onde a educação seja trabalhada sem exclusão, pois assim será possível construir uma sociedade justa e igualitária, onde não haja nenhum tipo de segregação.

> Incluir não é só um direito é uma necessidade social e um grande desafio para todos os educadores que se dedicam a educar sem distinção e com compromisso. Incluir é colocar os alunos frente a frente com uma realidade de diferenças, mas de iguais direitos, é o que enfoca inicialmente este estudo, a seguir perpassa pelos desafios da inclusão social nos tempos de hoje, enfocando os papéis da escola, do professor e da família, e por fim os procedimentos didáticos a fim de facilitar a aprendizagem na educação inclusiva (MAZZOTTA, 2008, p. 1).

Não se deve esquecer, no entanto, que não basta a colaboração do profissional aqui trabalhado, pois sem a participação ativa de toda a família e das demais pessoas que fazem parte da convivência da pessoa com necessidades especiais, em casa, na escola ou em outros ambientes, de nada valerá o esforço e o título de inclusão.

A orientação de um adulto ou a colaboração de colegas mais experientes são procedimentos de suma importância na socialização, entendimento e motivação dos que possuem de deficiência visual.

Assim, sintetizando todo o trabalho aqui apresentado, transcreve-se uma mensagem deixada pela aluna participante, demonstrando que é preciso ter esperança:

"Que os deficientes não desanimem, pois existe esperança de que tudo possa melhorar"

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Luíza Tanuere; DUARTE, Edison. **A inclusão do deficiente visual nas aulas de Educação Física escolar**: impedimentos e oportunidades. Maringa, v. 27, n. 2, 2005. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/204/151> Acesso em 15/02/2011.

ANDRADE, José Domingos de & SCHUTZ, Maria Rosa Rocha dos Santos. **A sociedade e o processo de inclusão.** 2001. Disponível em <www.unipam.edu.br/.../Asociedadeeoprocessodeinclusao.doc> Acesso em 10/11/2010.

ANS, Henrique. Anápolis - GO. **Acredite, você não conhece esta cidad**e! Mega Thread. 2009. <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=973480> Acesso em 15/02/2011.

BARTALOTTI, Celina. **Construindo a Escola Inclusiva**. 2001. Disponível em <http://celinacb.br.tripod.com/toeinclusaosocial/id4.html> Acesso em 12/02/2011.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Deficiência Visual**. Cadernos da TV Escola, n. 2000. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000344.pdf> Acesso em 15/02/2011.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Especial**.** Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental **– Deficiência Visual,** vol. 2, Série Atualidades Pedagógicas. 2001. Disponível em <2001. http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000464.pdf> Acesso em 15/02/2011.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006. **Educação Infantil, Deficiência visual, Dificuldades de comunicação e sinalização e Saberes e práticas da inclusão**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf.> Acesso em 25/03/2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, 2010. **Lei de Diretrizes e Bases da Educacão Nacional** – Lei 9394/96. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence=1> Acesso em 12/02/2011.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/> Acesso em 12/02/2011.

BRITO, Claudio. **Anápolis esta longe dos 400 mil habitantes**. Jornal O Contexto. 17 de outubro de 2010. Disponível em <http://www.jornalcontexto.net/noticia_detalhe.php?id_noticia> Acesso em 15/02/2011.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

CARVALHO, Lorena Resende. **Deficiência Mental**: aprendizagem**.** Estudos, Goiânia, vol. 33, n. 5/6, maio/jun, 2006. Disponível em <http://revistas.ucg.br/index.php/estudos/article/viewFile/298/242> Acesso em 12/02/2011.

CASAGRANDE, Ferdinando. **A legislação educacional que trata da inclusão**. 2009. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/inclusao-no-brasil/legislacao-educacional-trata-inclusao-482187.shtml>. Acesso em 15/02/2011.

CERQUEIRA, Jonir Bechara; FERREIRA, Elise de Melo Borba. **Recursos didáticos na educação especial**. 2008. Disponível em <http://camilagenaro.blogspot.com/2008/05/atividade-de-incluso-deficientes.html> Acesso em 25/03/2011.

COELHO, Cristina M. Madeira. **Inclusão Escolar**. In: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Diva Albuquerque Maciel e Silvane Barbato (0rgs). 2010.

CONDE, Antonio João Menescal**. Atividades físicas adaptadas ao deficiente visual.** 1991. Disponível em **<**http://atividadesffsicas.blogspot.com/2007_06_24_archive.html**>** Acesso em 15/02/2011.

CONDE, A. J. M. **Educação Física para deficientes visuais**. Revista Integração – Brasília, SENEB, Ano 3, n. 07, Ed. Especial, 1991. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/alunoscegos.txt> Acesso em 15/02/2011.

CORREIA, L.M. **Educação inclusiva ou educação apropriada?** *In*: RODRIGUES, D. (Ed.). **Educação e diferença***:* valores e práticas para uma educação inclusiva. Porto: Porto Editora, 2001.

COSTA, Maria Antonia Rezende da; FACHETTI, Rosangêla Forzza. **Atitudes positivas e discriminatórias no atendimento ao portador de necessidades educativas especiais da categoria de deficiência auditiva**. Universidade da Amazônia – UNAMA, 2001. Disponível em <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/ATITUDES_POSITIVAS.pdf> Acesso em 25/03/2011.

GARCIA, Rosalba M. Cardoso. **A Educação de Sujeitos considerados portadores de deficiências: contribuições vygotskyanas**, Revista Ponto de Vista, julho/ dezembro de 1999.

GUGEL, Maria Aparecida Gugel. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007. Disponível em <http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php> Acesso em 25/03/2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico de 2010**. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 25/03/2011.

JURDI, Andréa Perosa Saign; AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo de Moraes. **A inclusão escolar de alunos deficiência mental**: uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no cotidiano escolar. Estudos de Psicologia, Campinas, abril-junho, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n2/v23n2a09.pdf> Acesso em 12/02/2011.

LUMATTI, Ana Beatriz. **Panorama da deficiência no Brasil**. Disponível em <http://www.promenino.org.br> Acesso em 12/02/2011.

MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília(DF): Editora UnB, 2010.

MARQUES, Keury Gomes; SILVA, Renata Vanessa da. **Atividades inclusivas na Educação Física escolar.** Revista Digital – Buenos Aires, Ano 13, n. 119, abril de 2008. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisica-escolar.htm> Acesso em 15/02/2011.

MARQUES, Ramiro. **O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal em Vygotsky**. s/d. Disponível em <http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/ConceitodeZonadeDesenvolvimentoProximalemVygotsky.pdf> Acesso em 25/03/2011.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Resenha sobre o livro Inclusão e exclusão**: múltiplos contornos da educação brasileira, de Saeta e Nascimento (org.). Psicologia: Teoria e Prática – 2008, 10(1):223-224. Disponível em <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/viewFile/754/438> Acesso em 25/04/2011.

MELO, Thaís Aguiar Ferreira de; FREITAS, Alessandro de. **Educação Física Adaptada**: uma prática de possibilidades no contexto escolar. 2009. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd136/educacao-fisica-adaptada-no-contextoescolar .htm>. Acesso em 12/02/2011.

MONTEIRO, Jeane Alves; SILVA, Magna Sales da. **A importância da atividade física para os deficientes físicos**. Revista Digital – Buenos Aires, Ano 15, n. 148, setembro de 2010. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd148/atividade-fisica-para-os-deficientes-fisicos.htm> Acesso em 25/03/2011.

MOREIRA, Wellington Costa; RABELO, Ricardo José; PAULA, Alexandre Henriques. **Fatores que influenciam a adesão de deficientes motores e deficientes visuais a prática desportiva**. Revista Digital – Buenos Aires, Ano 11, n. 104, janeiro de 2007. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd104/deficientes-motores-visuais.htm> Acesso em 15/02/2011.

MOURA, Francisco; BARBOSA, Catarina. **Educar na diversidade:** implicações das Leis de Diretrizes e Bases no processo de inclusão do aluno deficiente**.** 2001. Disponível em http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu0503.htm> Acesso em 15/02/2011.

MUNSTER, Mey de Abreu**. Estimulação perceptivo-motora em crianças portadoras de deficiência visual:** uma proposta de utilização de material pedagógico. Campinas, 1998. Disponível em <http://cutter.unicamp.br/ document/?code=vtls000189172> Acesso em 15/02/2011.

NEVES, Geraldo Nepomuceno das; FRASSON, Antonio Carlos; CANTORANI, José Roberto Herrera. **Educação Física Adaptada ao deficiente visual**. 2005. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/ conteudo/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/Educacao_Fisica_adaptada.pdf > Acesso em 15/02/2011.

NEVES, Tânia Regina Levada. **Movimentos sociais, auto-advocacia e educação para a cidadania de pessoas com deficiência mental**. São Carlos, outubro de 2000. Disponível em <http://www.uniapaemg.org.br/admin/downloads/ dissertacao20104004.pdf> Acesso em 12/02/2011.

OESTERREICH, Sandra Brenner. **A problemática da Inclusão do Portador de Necessidades Educativas Especiais na rede de Ensino e Charqueadas**: o papel do educador nesse processo. Ciência e Conhecimento – Revista Eletrônica da Ulbra São Jerônimo, vol. 01, 2007, Pedagogia, A.2. Disponível em <http://www.cienciaeconhecimento.com.br/pdf/vol001_PeA2.pdf> Acesso em 10/02/2011.

OMOTE, Sadao. **Normatização, integração, inclusão...** Revista Ponto de Vista, julho/ dezembro de 1999.

PREICHARDT, Viviane. **Relação professor-aluno**: a propósito do outro diferente. 2003. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT20-3160--Int.pdf> Acesso em 25/03/2011.

RAPOSO, Patricia Neves: RAPOSO, Erenice Natália S. **A pessoa com deficiência visual.** In: Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Diva Albuquerque Maciel e Silvane Barbato (0rgs). 2010.

REIS, Giselle Paula Moreno de Oliveira; RAMOS, Maria Aparecida Toledo. **Projeto de inclusão dos deficientes visuais na Educação Física das escolas municipais da cidade de Anápolis-GO.** 2007

SAC – Sociedade de Assistência aos Cegos. **Deficiência Visual x Educação** Física. Disponível em <http://www.sac.org.br/edu_fis.htm> Acesso em 15/02/2011.

SANTOS, Ana Claudia Alves de. **A importância do goalball para o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual.** Natal, 2009. Disponível em **<**http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20100611100471ana_claudia_alves_de _souza_santos.pdf**>** Acesso em 15/02/2011.

SANTOS, Cristiane da Silva; LIMA, Lana Ferreira; SILVA, Roseane Patricia de Sousa e. **Análise das políticas públicas do Estado de Goiás para a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino**. Eixo temático: 2 – Políticas de inclusão social e educacional, 2008. Disponível em

<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/BP03.pdf> Acesso em 15/02/2011.

SASSAKY, Romeu Kazumi. **Programa Estadual para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva no Estado de Goiás**. Brasil. 2004. Disponível em Disponível em <pdi.cnotinfor.pt/.../Goias%20Educacion%20inclusiva%20Port.doc> Acesso em 15/02/2011.

SCHOENBERGER, Mara Regina Maraia. **Inclusão de portadores de necessidades especiais no ensino regular**. Cotriguaçu – MT, 2009. Disponível em <http://www.cefaprojuina.com/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=427:inclusao-portadores-necessidades-especiais&catid=57:autoria&Itemid=71> Acesso em 10/02/2011.

SCHÜTZ, Maria Rosa Rocha dos Santos. **Avaliação Escolar como instrumento de mediação da aprendizagem na educação inclusiva**: Desafios no cotidiano escolar. 2006. Disponível em <http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=110> Acesso em 12/02/2011.

SILVA, Elizângela Leite: **Deficientes Visuais**: "Crianças Especiais em Sala de Aula", 2004. Disponível em <http://www.aadv.com.br/deficiencia_visual1.htm> Acesso em 10/02/2011.

SILVEIRA, Claudia; VENÂNCIO, Fabricia Aparecida. **Informação e formação:** primeiros passos para construção de uma sociedade inclusiva. 2007. Disponível em **<**http://www.faag.com.br/faculdade/biblioteca/Silveira.pdf**>** Acesso em 15/02/2011.

SOBRAL, Janaina Amanda. **Inclusão**: a escola está preparada para ela? 2005. Disponível em <http://meuartigo.brasilescola.com/educacao/inclusao-escola-esta-preparada-para-ela.htm> Acesso em 25/03/2011.

STAINBACK, S. **Inclusão***:* um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TINOCO, Daniele Freire; OLIVEIRA, Flávia Fernandes de. **Inclusão do portador de deficiência visual nas Educação Física**. Revista Digital – Buenos Aires – Ano 14, n. 138, novembro de 2009. Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd138/portador-de-deficiencia-visual-nas-aulas-de-educacao-fisica.htm> Acesso em 25/03/2011.

TUNES, E; TACCA, M. C.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. **Uma crítica às teorias clássicas da aprendizagem e à sua expressão no campo educativo**. Linhas críticas. Brasília, v. 12, n. 22, p. 91-112, jan./jun. 2006.

VAN MUNSTER, Mey de Abreu**. Estimulação perceptivo-motora em crianças portadoras de deficiência visual:** uma proposta de utilização de material pedagógico. Campinas, 1998. Disponível em <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000189172> Acesso em 15/02/2011.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A

MODELO DO QUESTIONÁRIO - PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1) Gênero?

2) Qual a sua idade?

3) Formação específica:

4) Quanto tempo de experiência na profissão:

5) Antes de começar a trabalhar com alunos com necessidades especiais o que você pensava sobre isto?

6) Você tem ou já teve em sua sala de aula regular alunos com necessidades educacionais especiais? Quantos ao todo em sua trajetória de professora: Tipos de necessidades especiais?

7) Caso você trabalhe com o deficiente visual, qual o esporte que você prefere para trabalhar com esta deficiência? Individualmente ou em grupo?

8) Quais as dificuldades que você encontra para trabalhar com alunos com NEE? Enumere-as:

9) Que método você utiliza para resolver os problemas encontrados?

10) Os demais alunos interagem com os deficientes visuais? Se sim, de que modo?

11) Os deficientes visuais aceitam bem esta interação, ou preferem se isolar? Como você nota isto? Dê exemplo:

12) Para você o esporte é importante para a inclusão deste tipo de deficiência? Por quê?

13) Que sugestão você daria para aqueles educadores que tenham dificuldades com a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

APÊNDICE B

MODELO DO QUESTIONÁRIO - MÃE DA ALUNA

1) Como foi a inclusão de sua filha na escola?

2) Ela passou por muitas escolas ou sempre estudou na mesma?

3) Com a inclusão de sua filha, houve melhora ou piora em seu comportamento?

4) Qual é sua opinião quanto a escola e os educadores na inclusão de sua filha?

5) Você acha que ela já passou por descriminação no ambiente escolar?

6) O que poderia facilitar mais o acesso da sua filha na escola?

APÊNDICE C

MODELO DO QUESTIONÁRIO - ALUNA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

1) Quantos anos você têm?

2) Conte-me sobre a sua escola, a sua relação com os professores, com os colegas, o que você aprende fácil e o que tem mais dificuldades? Como você analisa o ambiente escolar de que participa?

3) Você participa das aulas de Educação Física? O que você mais gosta e o que menos gosta nestas aulas? Por quê?

4) Você encontra ou encontrou dificuldades para se adaptar às aulas de Educação Física? Se sim, quais?

5) Até que ponto participar nas aulas de Educação Física foi importante para você? Há coisas que você não consegue/não pode/não quer fazer? Por quê?

6) Você se sente incluída ou excluída nesta escola? Por quê?

7) Fale sobre o relacionamento com a professora de Educação Física e seus colegas de sala.

8) Qual é a atividade física que você mais gosta? Por quê?

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1) Gênero?

   - Feminino

2) Qual a sua idade?

   - 31 anos

3) Formação específica:

   - Educação Física

4) Quanto tempo de experiência na profissão:

   - 6 anos

5) Antes de começar a trabalhar com alunos com necessidades especiais o que você pensava sobre isto?

   - Que teria muitas dificuldades.

6) Você tem ou já teve em sua sala de aula regular alunos com necessidades educacionais especiais? Quantos ao todo em sua trajetória de professora: Tipos de necessidades especiais?

   - Sim, três (1 deficiente visual, 1 deficiente motor, 1 deficiente cognitivo).

7) Caso você trabalhe com o deficiente visual, qual o esporte que você prefere para trabalhar com esta deficiência? Individualmente ou em grupo?

   - Atletismo – Individual

8) Quais as dificuldades que você encontra para trabalhar com alunos com NEE? Enumere-as:

   - Falta de recurso (material específico para o deficiente visual). Falta cuidante para auxiliar o professor nas aulas práticas; falta uma auxiliar dentro da sala de aula para ditar a matéria que ela devia copiar.

9) Que método você utiliza para resolver os problemas encontrados?

   - Me viro. Peço ainda aos alunos para me auxiliarem. Peço a Associação Educativa Evangélica para fazer o material que necessito.

10) Os demais alunos interagem com os deficientes visuais? Se sim, de que modo?

- Sim. Mas ainda há resistência de alguns.

11) Os deficientes visuais aceitam bem esta interação, ou preferem se isolar? Como você nota isto? Dê exemplo:
- Aceita. Participa do que é proposto nas aulas de Educação Física. Não tem vergonha e é desinibida.

12) Para você o esporte é importante para a inclusão deste tipo de deficiência? Por quê?

- Sim. Porque ela vivencia os fundamentos técnicos de cada esporte (exercícios). E fica a noção do que é o esporte.

13) Que sugestão você daria para aqueles educadores que tenham dificuldades com a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais?

- Que tem que fazer cursos, se atualizarem, pois fácil não é, principalmente porque a inclusão está iniciando na rede municipal e teremos sempre alunos com necessidades educacionais especiais.

APÊNDICE E

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA MÃE DA ALUNA

1) Como foi a inclusão de sua filha na escola?

   - Nos primeiros anos foi muito difícil, pois a escola não tinha noção de como lidar com minha filha, eu tinha que ir para lá todos os dias para acompanhá-la nas atividades, mas depois a diretora falou mesmo, pois eles não dava nada diferenciado para a deficiência dela aí ficava difícil dela acompanhar, daí eles falaram que os professores iriam estudar para dar atividades p/ ela e que eu não precisava ir mais.

2) Ela passou por muitas escolas ou sempre estudou na mesma?

   - Sempre estudou na escola Deputado José de Assis.

3) Com a inclusão de sua filha, houve melhora ou piora em seu comportamento?

   - Acho que ela achava bom sair de casa para ir para a escola, acho que melhorou.

4) Qual é sua opinião quanto a escola e os educadores na inclusão de sua filha?

   - A escola acho que faz o que pode, mas há muitos professores que não estão preparados para dar aula para esse tipo de deficiência pois não tem noção de como explicar a matéria como a professora de matemática, as tarefas não são adequadas para ela como recortar gravuras. Acho que eles deveriam estudar mais sobre essa deficiência para poder dar uma aula que ela possa fazer as coisas sozinha sem ter que fazer para ela em casa.

5) Você acha que ela já passou por descriminação no ambiente escolar?

   - Sempre falo para ela que as coisas que ela ouve que a magoa é de alunos que não são educados em casa, agora os professores acho que não descriminam não.

6) O que poderia facilitar mais o acesso da sua filha na escola?

   - Seria bom se tivesse um transporte escolar para pegá-la e trazer, também se ela tivesse mais amigos que ajudasse seria melhor, também, fazer cursos no SEMAD onde tem computadores para cegos.

APÊNDICE F

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA ALUNA COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

1) Quantos anos você têm?

   - 15 anos

2) Conte-me sobre a sua escola, a sua relação com os professores, com os colegas, o que você aprende fácil e o que tem mais dificuldades? Como você analisa o ambiente escolar de que participa?

   - Gosto muito de estudar nessa escola, pois estudo lá desde o meu primeiro ano, os professores alguns não tentam passar algo diferente para mim, acho que me sinto mais motivada nos dias que há aula de Inglês e de educação física, pois duas professora demonstra ser mais dedicada comigo. Quanto aos meus colegas me dou bem com quase todos pois eles sempre procuram me ajudar mas sempre há duas colegas que me ajudam mais.

3) Você participa das aulas de Educação Física? O que você mais gosta e o que menos gosta nestas aulas? Por quê?

   - O que mais gosto e da minha professora de Educação Física, pois ela tem muita paciência comigo, me fala sempre da importância de exercitar o corpo para termos saúde, o que me deixa um pouco chateada e que participo mais e da corrida, e de jogo de xadrez que a minha professora fez com a coordenadora especialmente para mim, mas dos outros jogos como o de bola não participo pois não tem uma bola apropriada para mim.

4) Você encontra ou encontrou dificuldades para se adaptar às aulas de Educação Física? Se sim, quais?

   - Foi o que eu disse, as dificuldades e a falta de material de esporte mais adequada para mim e também por que a minha professora não pode ficar só me dando atenção pois ela é sozinha e tem que dar atividades para os outros alunos.

5) Até que ponto participar nas aulas de Educação Física foi importante para você? Há coisas que você não consegue/não pode/não quer fazer? Por quê?

   - Acho que me sinto mais relaxada com os exercícios e meu corpo fica melhor, não consigo me interagir como eu queria com os colegas pois sempre tenho que fazer os exercícios separados deles, pois enquanto estou fazendo ginástica a maioria esta jogando bola.

6) Você se sente incluída ou excluída nesta escola? Por quê?

- Sim me sinto incluída, pois gosto muito de ir para escola, me sinto algumas vezes mas raramente triste com alguns colegas novatos que não são acostumados a estudar com deficiente visual me chamarem de ceguinha e outros apelidos que prefiro não falar.

7) Fale sobre o relacionamento com a professora de Educação Física e seus colegas de sala.

- A minha professora de Educação Física e uma grande amiga para mim, quanto aos colegas foi como já disse tive mais contato, com duas colegas, pois a maior parte dos outros colegas não tinha muita paciência em meu acompanhar, na quadra porque eles queriam jogar bola e eu podia atrapalhar, na sala de aula porque sempre alguém senta do meu lado. Para ditar para mim pois escrevo como a reglete, então eu sempre demoro mais um pouco para escrever acho que é por isso que eles não tem muita paciência.

8) Qual é a atividade física que você mais gosta? Por quê?

- Ginástica e corrida, porque fico mais em forma com meu corpo.

MENSAGEM

“Falar para os deficientes não desanimar, pois existe esperança para que tudo possa melhorar”

ANEXOS

ANEXO 1

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

À Diretora da:
Escola Municipal Deputado José de Assis
De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel
Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil – Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.
É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes, observação e análise documental.
A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.
O trabalho será realizado pela Professora/cursista **Soniara Marques Fraga Lucas sob** orientação de **Patrícia Cristina Campos Ramos** cujo tema é: **Inclusão dos Deficientes Visuais na Educação Física em Escolas Municipais da cidade de Anápolis**, e será desenvolvido em sua escola.
Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones (062) 9167-0947 ou por meio do e-mail: soniara.fraga@@hotmail.com.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel
Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

ANEXO 2

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhora Professora

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano. Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia da UnB, por meio da Universidade Aberta do Brasil / Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizado um estudo sobre Deficiência Visual. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores que atuam neste contexto de ensino.

Consta na pesquisa uma entrevista gravada em áudio. Para isso, solicito sua autorização para sua própria participação e, também, a de seu(sua) filho(a), no estudo que realizaremos.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você e/ou seu(sua) filho(a) poderá(âo) deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar(em) e isto não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (062) 9167-0947 ou no endereço eletrônico soniara.fraga@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

_____

Orientanda da UAB - UnB

ANEXO 3

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano. Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia da UnB, por meio da Universidade Aberta do Brasil / Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizado um estudo sobre Deficiência Visual. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores que atuam neste contexto de ensino.

Consta na pesquisa uma entrevista gravada em áudio. Para isso, solicito sua autorização para sua própria participação e, também, a de seu(sua) filho(a), no estudo que realizaremos.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você e/ou seu(sua) filho(a) poderá(âo) deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar(em) e isto não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (062) 9167-0947 ou no endereço eletrônico soniara.fraga@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

_____

Orientanda da UAB - UnB